Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

Percepção ambiental em dois assentamentos rurais na região de
Americana/SP

Eduardo Ferraz Araújo

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2017

Eduardo Ferraz Araújo
Bacharel em Gestão Ambiental

Percepção ambiental em dois assentamentos rurais na região de Americana/ SP

Versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:
Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Araújo, Eduardo Ferraz

Percepção ambiental em dois assentamentos rurais na região de americana, SP/ Eduardo Ferraz Araújo. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2017.

64 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura, 2017.

1. Percepção ambiental 2. Assentamento rural 3. Reforma agrária 4. Agroecologia I. Título

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Almira, por ser tão grande.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeira instância, ao Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques pela oportunidade, pela orientação precisa e pelos conselhos.

Agradeço a minha mãe, Almira, pelo conforto nas horas mais desesperadoras;

Agradeço a tia Maria, pelo incentivo nos momentos mais complicados;

Agradeço a tia Alzira, pelo apoio e pelas tantas orações;

À Elza e Durvalina, que tanto ajudaram, mas não chegaram a ver este projeto concluído;

Aos assentados que, generosamente, me receberam em suas casas e dividiram comigo as suas vidas;

À Mara secretária do PPGI, salvadora de minha pátria por tantas vezes que nem sei...

À CAPES, pelo apoio financeiro a esta pesquisa;

A todos que me ajudaram neste processo... Meu muito obrigado!

Gracias a la vida, que me há dado tanto!

Violeta Parra.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
1. INTRODUÇÃO	11
ASSENTAMENTOS E A QUESTÃO AMBIENTAL.....	13
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	19
CONCEITOS DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL.....	20
O CONTATO DIRETO	21
O PROCESSO CIVILIZADOR.....	22
A PERCEPÇÃO COMO ATIVIDADE DO INDIVÍDUO.	25
MÍDIA E PERCEPÇÃO	26
3. O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ASSENTAMENTOS	28
RELAÇÕES ENTRE COMUNA DA TERRA E OS PDS'S.....	29
4. HISTÓRICO DO PDS MILTON SANTOS E DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA	34
O PDS MILTON SANTOS.....	34
COOPERACRA	36
5. DISCUSSÃO	38
PERCEPÇÃO ACERCA DO MEIO AMBIENTE.	38
PERCEPÇÕES ACERCA DA MONOCULTURA DE CANA E DE SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.	46
PDS E COMUNA DA TERRA	48
VISÕES SOBRE A AGROECOLOGIA	49
ASPECTOS ACERCA DA PERCEPÇÃO DO AMBIENTE E MÍDIA	53
6. CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS	60
ANEXO 1	64
LISTA DE ENTREVISTAS.	64

RESUMO

Percepção ambiental em dois assentamentos rurais na região de Americana/ SP

Os assentamentos rurais tornaram-se objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Entretanto, são poucos os estudos baseados na subjetividade destes agricultores. Desta forma, este trabalho procura, através da análise do discurso, discutir a percepção ambiental dos agricultores vinculados à Cooperacra e ao assentamento Milton Santos, ambos situados na região de Americana, em São Paulo. Este último está inscrito na modalidade PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, concebida no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para atender particularidades da reforma agrária na Amazônia. Enquanto dispositivo de política pública, o PDS permite assentar população não tradicional em áreas de interesse ambiental, com vistas à preservação. No estado de São Paulo, o PDS constitui uma resposta à proposta de Comuna da Terra, por parte do MST, desenvolvida desde o início dos anos 2000. Tanto a modalidade PDS quanto a proposta de Comuna da Terra têm em comum a perspectiva de incentivo a práticas agrícolas mais zelosas com o ambiente, tal como a agroecologia. Desta forma, este trabalho realiza, através da análise do discurso, uma interpretação acerca da percepção ambiental destes assentados, considerando discurso e prática. Foi possível, então, identificar discursos mais produtivistas, pouco crítico, por exemplo, à produção de cana-de-açúcar que circunda o assentamento. É possível identificar ainda um segundo tipo de discursos, que mobilizam imagens positivas de uma vivência anterior no campo como orientação para a adoção de práticas agrícolas favoráveis à preservação ambiental. Neste trabalho, também discutimos a percepção e a crítica dos entrevistados acerca das representações difundidas pela mídia sobre a agricultura, o MST e a reforma agrária, no que se refere tanto aos assentados no Milton Santos quanto aos agricultores da Cooperacra.

Palavras-chave: Percepção ambiental; Agricultura familiar; Reforma agrária; Agroecologia.

ABSTRACT

Environmental perception in two rural settlements in the region of Americana /SP

Rural settlements have become the object of study in several areas of knowledge. However, few studies are based on the subjectivity of these farmers. In this way, this work seeks, through discourse analysis, to discuss the environmental perception of the Cooperacra farmers and the Milton Santos settlement, both located in the Americana region of São Paulo. The latter is enrolled in the modality PDS - Sustainable Development Project, conceived within the scope of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) to attend particularities of agrarian reform in the Amazon. As a public policy device, the PDS allows non-traditional populations to settle in areas of environmental interest with a view to preservation. In the state of São Paulo, the PDS is a response to the proposal of the Commune of the Earth, by the MST, developed since the beginning of the 2000s. Both the PDS modality and the Earth Commune proposal have in common the perspective of incentive to Agricultural practices that are more environmentally friendly, such as agroecology. In this way, this work performs, through discourse analysis, an interpretation about the environmental perception of these settlers, considering discourse and practice. It was possible, then, to identify more productive discourses, not critical, for example, to the production of sugarcane that surrounds the settlement. It is also possible to identify a second type of discourse that mobilizes positive images of a previous experience in the field as a guide to the adoption of agricultural practices favorable to environmental preservation. In this paper, we also discuss the perception and criticism of the interviewees about the representations made by the media about agriculture, the MST and the agrarian reform, regarding both the settlers in Milton Santos and the Cooperacra farmers.

Keywords: Environmental perception; Farming families; Agrarian reform; Agroecology

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. – MODALIDADES DE PROJETO DE ASSENTAMENTO..... ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRA – Associação Comunitária Rural do Bairro Alvorada

COOPERACRA - Cooperativa de Agricultores Familiares e Agroecológicos de Americana

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

OCS – Organização de Controle Social

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

1. INTRODUÇÃO

A concentração de terras no Brasil possui raízes históricas profundas. Embora não tenha havido uma real democratização da terra, observa-se certo esforço em ordenar a ocupação do solo no século XIX com vistas a atenuar conflitos e a melhorar a distribuição fundiária, que pode ser identificado em duas frentes: a primeira buscava legalizar práticas até então ilegais dos detentores das grandes propriedades de terra, como a grilagem de terra, e o desrespeito aos agricultores mais pobres, procurando evitar conflitos que começavam a se tornar constantes. A segunda frente buscava corrigir a exclusão social, permitindo o acesso à terra para ex-escravos, inspirando-se em exemplos de sucesso de outras nações graças à promoção das pequenas propriedades de terra (LEITE et al., 2004).

É sob este contexto ambíguo que surge a Lei de Terras de 1850, assim como toda legislação subsequente, persistindo ao longo do século XX. Aqui reside a base profunda da resistência a propostas de reforma agrária ou de solução aos problemas do campo (LEITE et al., 2004).

Um século mais tarde, antes do golpe militar, observa-se a oposição entre dois projetos de desenvolvimento rural: o primeiro buscava a modernização do latifúndio, aumentando a exploração tanto dos trabalhadores quanto da terra sem democratizar a propriedade e, o segundo, propunha a reforma agrária considerando a redistribuição fundiária como a fonte do desenvolvimento para o campo (PRADO, 1981).

O Estatuto da Terra, promulgado pelos militares logo após o golpe de Estado de 1964, apesar de oferecer dispositivos para implantar uma reforma agrária tal como o desejo dos defensores do segundo projeto, apenas foi acionado quando se tratou da modernização da agricultura ao longo dos vinte anos de governos militares. Portanto, os investimentos voltados à modernização dos latifúndios foram privilegiados, em detrimento da reforma agrária. Os poucos esforços voltados a democratização do direito à terra estiveram relacionadas apenas à regularização fundiária e a projetos de colonização. Embora houvesse decretos criando “áreas prioritárias de reforma agrária”, as desapropriações foram utilizadas apenas para resolver um ou outro conflito (VEIGA, 1998).

A partir de 1984, com o processo de redemocratização, estabeleceu-se a reforma agrária como uma prioridade. Desta forma, nasceu a 1ª Proposta Nacional de Reforma Agrária (PNRA), baseada no Estatuto da Terra, onde são fixadas metas de curto, médio e longo prazo, notadamente de número de famílias a serem assentadas. Mais adiante, foram excluídas do PNRA as metas de longo e médio prazo (LEITE et al., 2004). No final, apenas 10% das ações previstas foram cumpridas.

Desde então, em razão das pressões antirreformistas, o que se observa é a manutenção dos latifúndios e da desigualdade abissal no meio rural. Oliveira (2003) nos mostra que as pequenas propriedades, com menos de 100 hectares (84% dos estabelecimentos agrícolas) ocupam apenas 17% da área total.

Em contrapartida, os maiores estabelecimentos (com mais de 1000 hectares), que correspondem a apenas 2,4% do número total, ocupam 50% da área. Oliveira (2003) nos mostra também que se somarmos a área das 27 maiores propriedades rurais no Brasil, temos um território equivalente ao estado de São Paulo inteiro.

Além disso, deve-se levar em consideração as diferentes formas de exploração. De um lado, temos a monocultura bastante mecanizada e pautada na lógica capitalista, excludente e agressiva ao ambiente. Em oposição, há uma agricultura que pode ser identificada como camponesa, cuja diversidade produtiva é responsável pela produção de alimentos que abastece o mercado interno brasileiro (BOMBARDI, 2005).

Desta forma, pode-se observar a enorme discrepância entre uma pequena parcela da população que explora a maior parte das terras e, outra, consideravelmente maior, que frequentemente não encontra possibilidade de se manter no campo. Esta disparidade é um dos gatilhos para o nascimento de uma série de movimentos sociais ligados à questão agrária no Brasil, entre eles a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A pressão das organizações e movimentos sociais por uma redistribuição das terras no Brasil permitiu a implantação de muitos assentamentos rurais desde a década de 1980. Os críticos da reforma agrária consideram, muitas vezes, que estes

assentamentos degradam a natureza. Desta forma, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária institui os Projetos de Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (PDS) enquanto uma resposta em termos de uma orientação para conciliar preservação ambiental e produção agropecuária.

Neste quadro, este trabalho analisa a percepção ambiental dos assentados de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, aquele Milton Santos em Americana, além das famílias agrícolas da Cooperacra, cuja produção orgânica se desenvolve desde o nascimento deste grupo de agricultores. Trata-se de discutir como a percepção ambiental se relaciona com o trato com a terra e com o uso dos recursos naturais disponíveis.

Assentamentos e a questão ambiental

As questões relacionadas à proteção do meio ambiente nos assentamentos são, muitas vezes, encaradas da mesma forma como nos outros pequenos estabelecimentos rurais. Em alguns casos, mesmo com a preocupação com a proteção do ambiente, há terras que já se encontravam seriamente degradadas mesmo antes de serem ocupadas por famílias assentadas, em função das práticas anteriores ao assentamento.

De fato, existem práticas de assentados pouco condizentes com a preservação ambiental (PESSOA, 1999). Essa postura se explica por uma combinação de fatores. Em parte, trata-se de um legado histórico. As queimadas, por exemplo, fazem parte do conjunto de estratégias tradicionais de prática agrícola. Outro aspecto a ser considerado é a trajetória desta categoria específica de agricultor familiar, que chega em seu lote sem ter normalmente raízes com o lugar. Neste quadro, esses agricultores iniciam suas atividades com uma “agricultura rústica e predatória”, tal como sugere Pessoa (1999).

Conforme pesquisa de Pessoa (1999) sobre os assentados no estado de Goiás, 53% dos assentados pensam “ser necessário preservar a natureza, ou seja, explorá-la sem destruí-la”. Em princípio, portanto, não se deve tomar os assentados como os vilões da destruição da natureza: “em muitos casos, quando os assentamentos são construídos, as áreas já estão em processo avançado de devastação” (PESSOA, 1999).

Este aspecto parecer ser uma constante entre os assentamentos rurais. Silvone (2008), ao estudar os assentamentos do norte de Paraná, propõe a revisão dos critérios utilizados para a criação dos projetos de assentamento. Segundo este autor, o INCRA enquanto órgão estatal procura assentar o maior número de pessoas possível, mesmo que para isso seja necessário assentá-las sobre solos ruins ou de difícil manejo. Estas terras tendem a ter um menor valor de mercado, permitindo ao INCRA comprá-las por um preço menor, reduzindo o custo da operação de instalação de um assentamento.

Silvone (2008) também avalia que as decisões judiciais costumam considerar mais o direito à propriedade privada do que a função social da terra. Desta forma, as áreas com bom solo e relevo favorável são sempre objeto de contendas judiciais, cujas sentenças são geralmente favoráveis aos proprietários, inibindo as ocupações pelo movimento social.

Por outro lado, o estudo conduzido por Lopes (2015), acerca do assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, permite discutir práticas cotidianas dos assentados. O autor observa que parte significativa dos assentados não conhece com clareza aspectos da legislação ambiental. Desta forma, atividades reconhecidas como ambientalmente incorretas eram executadas pelos assentados, que não tinham conhecimento da ilegalidade do uso agrícola da APP ou da reserva legal.

Ao mesmo tempo, o mesmo autor observa que, por outro lado, existem práticas bastante conservacionistas, acompanhadas pela percepção de que é necessário preservar o ambiente para que os assentados possam continuar a viver no campo. As noções conservacionistas, afirma Lopes (2015), não são produto de assistência técnica prestada aos assentados, mas sim da manutenção de conhecimentos herdados de geração anteriores, confirmando que a agricultura familiar é, por si só, elemento importante de uma percepção do ambiente favorável à conservação da natureza.

Metodologia

Para levantamento das informações necessárias para a o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas 27 entrevistas semiestruturadas. Este tipo de

ferramenta visa criar um ambiente de maior liberdade para que os entrevistados abordem o tema em questão permitindo obter dados de forma ampla e profunda, com o pesquisador procurando orientar os discursos para a obtenção de elementos pertinentes para os objetivos da pesquisa tal como sugere Boni e Quaresma (2005).

Neste sentido, Boni e Quaresma (2005) afirma que as entrevistas semi-estruturadas “são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos”, algo fundamental para a coleta de dados para uma pesquisa tão subjetiva quanto a percepção ambiental.

Uma vez justificada o método para coleta de dados, torna-se importante explicar os passos posteriores a coleta de dados, como a transcrição dos dados, organização e categorização dos dados.

As entrevistas ocorreram entre os meses de dezembro de 2014 e maio de 2015. Esta extensão do tempo no campo foi pensada para reduzir o incômodo e o estranhamento causado pela presença de um desconhecido, o pesquisador, no assentamento. Depois de visitas aos assentados para criar um ambiente favorável ao diálogo, foram realizadas entrevistas cujo tempo médio de duração foi 115 minutos, sendo a mais curta de 50 minutos e a mais longa de 180 minutos.

É importante destacar que os assentados recebem muitos pesquisadores que visitam o PDS Milton Santos, o que os obriga a repetir a mesma história diversas vezes, tornando a tarefa da pesquisa mais complicada em razão de reticência importante por parte de alguns interlocutores. No entanto, o tema da pesquisa pareceu favorecer o contato com os assentados. Em alguns momentos, este fator pareceu ser fundamental para a coleta de dados por diferenciar-se das pesquisas já realizadas.

A maioria dos entrevistados eram mulheres que se identificaram como os responsáveis pelo lote. No geral, o grau de escolaridade predominante dos assentados é o ensino fundamental incompleto. Esta incompletude se explica pela

quase sempre impossibilidade de combinar trabalho e estudo no passado. Em sua maioria, os assentados viviam anteriormente nas cidades de Limeira, Campinas e Americana.

As primeiras visitas ao assentamento ocorreram em conjunto com o grupo de extensão universitária “TERRA” - Territórios Rurais e Reforma Agrária - orientado pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo Moruzzi Marques da ESALQ/USP. Naquele momento, o grupo desenvolvia o projeto denominado “Oficinas culturais como meio de discussão sobre agroecologia e soberania alimentar”, apoiado pelo Comitê de Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão. Neste projeto, os membros do grupo propunham reflexões acerca da alimentação e apresentavam conceitos como soberania alimentar e sustentabilidade a crianças e adolescentes do PDS Milton Santos. Paralelamente, eram comuns visitas que levavam a conversas acerca de antigos projetos com os assentados.

Nestas visitas, fui apresentado a alguns assentados como pesquisador e pude observar a dinâmica do assentamento, aproximando-me de alguns dos entrevistados, observando suas práticas agrícolas e também criando uma estratégia que permitisse garantir a maior diversidade de discursos possível.

Desta forma, o primeiro entrevistado foi selecionado entre os contatos pré-estabelecidos. Nos momentos finais da entrevista, solicitei ao entrevistado outros três nomes para as próximas visitas e assim sucessivamente até a conclusão do trabalho de campo. Apesar de uma ou outra recusa, esta estratégia garantiu uma boa representação de casos distintos entre os assentados. O número de entrevistas realizadas, desta maneira, chegou a vinte.

As entrevistas nos finais de semana permitiram observar a dinâmica familiar dos assentados. A grande maioria (17 entrevistados) informa estar atualmente casada (em alguns casos, oficialmente), salvo duas exceções. Nas casas, foi possível observar até três gerações da mesma família convivendo sob o mesmo teto. Por outro lado, há três agricultores que residem sozinhos entre os considerados em nossa pesquisa.

A idade média dos entrevistados é de 56,7 anos. Quando questionados sobre o envolvimento de filhos e netos na atividade agrícola, apenas três famílias informaram ter filhos exclusivamente envolvidos com a agricultura. Os demais

tinham filhos trabalhando principalmente nas cidades de Americana, Santa Barbara d'Oeste e Cosmópolis. Nesta localidade, trabalham notadamente como caixas de supermercado, ajudantes de pedreiro e eletricitas.

Assim como os jovens, há adultos, em geral homens, que possuem ocupações na cidade para garantir o sustento de suas famílias. Esta realidade foi descrita por Moruzzi Marques e Lucas (2014) que apontam o fato de se tratar de um assentamento periurbanos (próximos aos centros urbanos), favorecendo tal estratégia de sobrevivência. Quanto mais jovem e mais escolaridade, maior a prática da pluriatividade, ou seja a combinação da atividade agrícola e não agrícola, tal como constatou Luciane de Gaspari (2016) em sua tese sobre o assentamento Milton Santos.

Quando informavam sobre as atividades exercidas antes do ingresso na luta pela terra, três dos entrevistados se definiram como diaristas rurais. Nesta atividade, incluem-se principalmente assalariados rurais sazonais, trabalhando em determinadas fases dos ciclos das culturas, como corte de cana, carpição, colheita de laranja ou algodão e plantio. Ou seja, muitas destas pessoas migraram para áreas urbanas, mas mantiveram-se ativas na agricultura em determinadas épocas do ano.

No assentamento, os lotes possuem, em média, 1 hectare onde são cultivados mandioca, banana, hortaliças, quiabo e milho de forma orgânica, mas sem seu reconhecimentos. Mais recentemente, a implantação de Organizações de Controle Social (OCS¹) visa permitir ter o reconhecimento da produção orgânica para a comercialização local.

Além dos assentados no PDS Milton Santos, entrevistas foram realizadas com membro da Cooperacra. O tempo médio destas entrevistas foi um pouco menor, totalizando 39 minutos, contando 18 minutos a mais curta e 60 minutos a mais longa. As entrevistas ocorreram em 2015, em dois finais de semana durante o horário de trabalho da cooperativa. Por esta razão, vez ou outra, as entrevistas eram

¹ Segundo a alínea VIII do Art. 2 do Decreto Nº 6.323/07, a Organização de Controle Social é definida como "grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade."

interrompidas para que fossem atendidas algumas demandas do cotidiano. De toda forma, foi possível concluir as entrevistas sem maiores complicações.

A cooperativa vem, há anos, contando com o apoio de diversas entidades, principalmente os grupos de extensão universitária da ESALQ/USP, o que facilitou a inserção do pesquisador entre os entrevistados. Ao mesmo tempo, três dos sete entrevistados relataram um certo cansaço relacionado às participações nas pesquisas ligadas ao campo social e focada na subjetividade dos indivíduos.

No total, foram entrevistadas quatro mulheres e três homens escolhidas aleatoriamente. Das sete, apenas uma entrevistada exercia atividades exclusivamente administrativa. Os outros todos estavam todos diretamente relacionados à agricultura.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Percepção ambiental

As investigações acerca das percepções existem há muito tempo. De acordo com Chauí (2005), os estudos acerca da percepção, até o início do século XX, eram divididos em duas grandes tradições:

Na primeira, conhecida como empirista, a percepção é resultado da interação direta entre os estímulos externos e os nossos sentidos. Este estímulo externo percorre nosso corpo, através das estruturas de forma que, ao final do percurso, chega aos nossos sentidos na forma de sensação. Estas sensações, quando associadas entre si, nos permite ter uma percepção a respeito do mundo ao redor (CHAUÍ, 2005). A percepção é, portanto, produto desta interação com os objetos e ocorrem apenas em contato com ele.

A segunda vertente, denominada racionalista ou intelectualista, entende a percepção como uma característica daquele que percebe. Desta forma, sensação e a percepção dependem do sujeito, que através de sua capacidade de pensar, deverá organizar as sensações proporcionadas pelo objeto, através de suas qualidades para depois organizá-las e interpretá-las. A percepção seria o resultado desta interpretação (CHAUÍ, 2005).

Estas tradições se mantiveram até Edmund Husserl questioná-las, quando lança as bases do que viria a ser chamado de fenomenologia. Para esta corrente filosófica, percepção e sensação ocorrem ao mesmo tempo, de forma que um objeto é percebido enquanto é sentido. Esta quebra de paradigma abre espaço para que a percepção torne-se objeto de estudo em diversas áreas, como a psicologia (CHAUÍ, 2005).

O conceito de percepção do ambiente surge no campo da psicologia, quando se procura investigar o comportamento humano em ambientes fechados. Da mesma forma, percepção ambiental também passa a ser objeto de estudo na geografia (MARIN, 2008).

Na década de 70, a UNESCO incluí no “Programa Homem e Biosfera”, o projeto “percepção da qualidade ambiental”, visando um aprofundamento dos conhecimentos sobre as relações entre o ambiente e a humanidade (MARIN, 2008). Tratou-se de uma forma de consolidação deste campo do conhecimento, divulgando ainda mais a percepção ambiental.

Na década de 80, Yi Fu Tuan publica o livro “Topofilia” (1980), marco fundamental para os estudos de percepção ambiental na geografia. Este livro é especialmente caro aos estudantes da percepção ambiental no Brasil, considerando que foi traduzido pela então professora do departamento de geografia da UNESP, Livia de Oliveira, uma das pioneiras no estudo da percepção ambiental. Em 1996, a autora acompanhada por Vicente del Rio lançam em conjunto um compilado contendo diversos estudos sobre percepção ambiental (MARIN, 2008)

Tido como um clássico dos estudos de percepção ambiental, Topofilia (1980) é fortemente influenciado pelo pensamento fenomenológico, embora esteja carregado de conceitos tipicamente encontrados na geografia. A leitura deste livro nos permite refletir sobre alguns aspectos importantes de nosso trabalho, que serão explorados abaixo. Porém, antes, é importante ampliarmos esta discussão sobre os conceitos de percepção ambiental e como são mobilizados.

Conceitos de percepção ambiental

Este trabalho não pretende, de maneira nenhuma, realizar um extenso levantamento acerca dos conceitos de percepção utilizados nos estudos sociais no Brasil. A ideia consiste em procurar apenas mostrar a diversidade de exemplos de sua construção, assim como entender as diversas formas de se utilizar a percepção do ambiente enquanto referencial teórico.

De fato, Macedo (2000) defende que a percepção ambiental é definida como as diferentes maneiras sensíveis que os humanos captam, percebem e se sensibilizam pelas realidades, ocorrências, manifestações, fatos, fenômenos, processos ou mecanismos ambientais observados em seu meio. Já Fraccaro (2014), ao estudar a percepção dos habitantes da zona rural de Ipeúna, relaciona percepção ambiental à ecologia evolutiva, considerando a percepção ambiental como um dos

elementos importantes para adaptação e sobrevivência dos seres humanos em ambientes distintos.

Gibson (1966) define percepção como o resultado da interação do ambiente e dos sentidos. O trabalho de Gibson, que foca na adaptação ao ambiente, e na necessidade do uso dos sentidos para se percebe os elementos necessários para a sobrevivência, considerando assim a percepção um elemento fundamental para a adaptação dos indivíduos ao ambiente.

Entretanto, deve-se salientar que o contato com o ambiente não é o único elemento a ser considerado nos estudos de percepção ambiental. Há relevância, sim, deste aspecto, mas a interpretação dos estímulos externos é efetuada pela inteligência, balizada por uma série de elementos sociais e psicológicos que devem ser levados em consideração num estudo de percepção ambiental.

Para Chauí (2005), os estudos de percepção estão diretamente relacionados à teoria do conhecimento e conseqüentemente nos permite entender aspectos importantes. O principal dentre eles é a atribuição de significado e de atenção a elementos do ambiente. Chauí destaca que há um componente social nos elementos percebidos, ou seja, a forma como percebemos o ambiente está permeada pelas normas e valores da sociedade em que vivemos.

Neste trabalho, interessam mais as definições de percepção que se relacionam às atribuições de valores ao ambiente e à vida em sociedade. Em seguida, apresentamos marcos teóricos importantes para a elaboração desta dissertação, que serão fundamentais para as discussões abaixo.

O contato direto

Um dos conceitos mais caros para a geografia é o de lugar e espaço geográfico. Por espaço geográfico, entende-se qualquer área existente no globo terrestre, sem significado ou valor prévio (SANTOS, 1988). O espaço, entretanto,

torna-se um lugar através das relações humanas, quando, a partir deste momento, são atribuídos valores e significados que o tornam únicos, considerando que lugares diferentes podem ser similares mas nunca exatamente iguais

Neste contexto, Tuan (1980) disserta como a percepção do ambiente é importante para considerar as relações e comportamentos dos indivíduos ou dos grupos sociais em relação aos lugares. Em seu estudo, Tuan (1980) apresenta alguns elementos que interferem diretamente na percepção do ambiente.

Um destes elementos é, certamente, as relações afetivas desenvolvidas ao longo da vivência com o ambiente. Tuan (1980) cita como exemplo um estudo sobre a percepção de agricultores que, mesmo habitando uma área atingida pela seca e pelo vento, dali se recusavam a sair e, inclusive, orgulhavam-se de desenvolver neste território uma agricultura produtiva o suficiente para sua sobrevivência. Portanto, a vivência destes agricultores é fundamental para se discutir sua percepção.

Este mesmo autor relaciona a percepção ao contato direto com o ambiente, afirmando que “na vida moderna, o contato físico com o próprio meio ambiente natural é cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais. Fora da decrescente população rural, o envolvimento do homem tecnológico com a natureza é mais recreacional do que vocacional” (TUAN, 80). Desta forma, o autor sugere que a percepção do agricultor que vive em contato mais direto com a natureza difere daquele envolvido em ambiente urbano e artificializado.

Neste trabalho, pretende-se estudar a percepção ambiental de um grupo de pessoas que retorna ao meio rural após uma trajetória urbana. Desta forma, trata-se de uma percepção que pode contar com filtros de natureza urbana e rural, considerando a interpretação de Tuan.

O processo civilizador

O processo de civilização da sociedade ocidental é o foco central do sociólogo Norbert Elias. Em seu livro *O processo civilizador*, Elias (1994) nos

apresenta a passagem de uma sociedade feudal medieval em direção a uma curialização. Ou seja, trata-se de sua transformação em sociedade de corte.

Para a análise deste processo, Elias toma os manuais de etiqueta da época, evidenciando as mudanças de comportamento adotado ao longo da marcha civilizatória. Segundo o autor, a utilização da palavra civilidade (ou *civilité*) se difunde pela Europa, graças notadamente ao manual de etiqueta redigido por Erasmo de Roterdã, designado “*civilitate morum puerilium*”.

Desta forma, civilizado é aquele que segue regras, normas e condutas condizentes com a sociedade de corte. Nas palavras do autor, “civilise era, como *cultive*, *poli*, ou *police*, um dos muitos termos não raro utilizados quase como sinônimos com os quais os membros da corte gostam de designar, em sentido amplo ou restrito, a qualidade específica de seu próprio comportamento, e com os quais comparavam o refinamento de suas maneiras sociais, “padrão”, com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores” (ELIAS, 1994).

Assim, os habitantes da corte civilizados excluem os incivilizados ou bárbaros daquele ambiente por ignorarem as regras aceitas pelos frequentadores da corte. Considerando as estruturas sociais da França daquele período, o grupo mais marginalizado assim é aquele formado pelos camponeses. Estes últimos são vistos como socialmente inferiores a quem se deseja distância. O texto de Elias é farto em exemplos, como neste trecho: “não conserve sempre a faca na mão, como fazem camponeses, mas pegue-a apenas quando desta precisar” (ELIAS, 1994).

Considerando que o comportamento visto como civilizado era extremamente valorizado naquela sociedade, como forma de assegurar status ao indivíduo que o domina, as atitudes que destoavam do rígido código de conduta eram severamente censuradas. Existia a pena de perder o status social com a não observância das regras de convívio. O resultado deste processo é a propagação de um sentimento de vergonha (ELIAS, 1994).

Desta forma, estes comportamentos ditos civilizados passaram a ser assimilados tão profundamente na personalidade dos indivíduos que se tornam algo como uma segunda natureza. Quer dizer, tornam-se tão automatizados que podem ser vistos como naturais da pessoa.

Ao dissertar sobre estas questões, Elias lança luzes sobre o processo de aprender a viver em sociedade. De fato, Elias sugere que a capacidade de aprendizagem constitui aquilo que pode ser visto como próprio da natureza humana. Em nossas sociedades, aprendemos portanto certos comportamentos cuja origem data da sociedade da corte, tal como os modos à mesa.

A partir destas observações, Elias (1994) lança luzes sobre o processo de socialização, ou seja, de nos tornarmos parte da sociedade através da incorporação do passado, ou seja, da interiorização de normas de conduta que ditam as formas como devemos nos portar em relação a nós mesmos, à sociedade e ao ambiente.

Ao refletir sobre o processo de socialização, Lahire (2002) acrescenta às ideias de Elias (1994) elementos pertinentes para este trabalho, ao tratar da incorporação de disposições para a ação e do contexto existente para o desenrolar desta última. Tal como Elias (1994), Lahire considera a incorporação de valores, normas e regras sociais para a ação em diversos círculos sociais, considerando a aplicabilidade e o acionamento de disposições incorporadas em função do contexto prático.

Desta forma, um indivíduo que carrega consigo normas, regras e valores incorporados, por exemplo, em sua prática religiosa pode, e frequentemente age assim, não os utilizar num contexto acadêmico, considerando a diferença das posturas pautadas na fé e daquelas na ciência. Desta forma, segundo Lahire, as disposições incorporadas são acionadas em função do contexto em que se encontra o indivíduo.

Concluindo, Elias (1994) lança luzes sobre a incorporação do social e nos permite pensar que as relações entre os indivíduos e o meio ambiente estão diretamente relacionadas à incorporação de crenças, valores e normas aceitas pela sociedade durante a socialização. Lahire (2002) observa que estas disposições incorporadas são múltiplas e estão relacionadas aos diversos círculos aos quais o indivíduo pertence, sendo mobilizadas de acordo com o contexto no qual o indivíduo trafega.

A percepção como atividade do indivíduo.

Neste ponto, pretendo discutir a margem de independência do indivíduo na percepção do ambiente. A base para esta reflexão se encontra no texto “a educação da atenção” de Tim Ingold. Para desenvolver este propósito, o ponto de partida é o princípio de que, como Ingold entende, a habilidade seria como base de todo conhecimento. Habilidade é aquele que exige menor quantidade de informação para execução de uma ou outra atividade (INGOLD, 2010).

Esta é a principal diferença entre o iniciante e o habilidoso: o primeiro ainda necessita de tutoria e de informações para exercer determinada atividade. O habilidoso, por outro lado, apenas a executa, pois já sabe o que funciona. Por que razão, a habilidade está na base do conhecimento²

Uma das formas de se tornar mais habilidoso é copiar aqueles que são mais habilidosos. Entretanto, Ingold afirma que a cópia pura e simples não leva ao conhecimento. Este último não é um processo de transformação de informação, mas de redescobrimto dirigido. O que Ingold (2010) sugere é que, durante o processo de copiar os habilidosos, os iniciantes afinem suas percepções acerca do ambiente para que, enfim, aprendam a exercer aquela tarefa. Desta forma, o autor explica o sentido da expressão “copiar”. Copiar pode ser “imitativo” na medida em que ocorrem as instruções. Ao mesmo tempo, pode ser improvisado quando o conhecimento gerado é algo descoberto pelo iniciante por si próprio (INGOLD, 2010).

Desta forma, a cópia das sugestões durante a orientação não gera conhecimento. O conhecimento é produto do improvisado, do teste e da experimentação durante o processo de instrução. Neste processo, o iniciante adquire as informações necessárias e, durante o processo de instrução, é provocado

² Ingold (2010) não é específico a que tipo de conhecimento se refere ao longo de sua explanação. Portanto, nesta excerto, encaramos conhecimento da forma mais genérica possível, podendo ser interpretado desde o conhecimento formal prendido nas escolas até o conhecimento prático, passado oralmente de geração em geração nas comunidades mais isoladas. Por se tratar de um antropólogo, esta é, possivelmente, a interpretação mais adequada do conhecimento a que se refere.

pelo instrutor habilidoso a estar atento a este ou aquele aspecto que merecem maior atenção do iniciante. Este aqui deve, tanto ao longo do processo de instrução quanto depois, arriscar, improvisar e testar as informações recebidas para tirar suas próprias conclusões, gerando assim o conhecimento sobre o determinado assunto.

O que se pretende com esta breve explicação do trabalho de Ingold (2010) é ampliar a discussão sobre a percepção, considerando-a como um fenômeno complexo e amplo. Através da explicação acima, lançamos a interpretação de que, assim como o conhecimento, a percepção do ambiente é, também, resultado da mediação entre alguém que já está devidamente inserido deste ambiente. Trata-se enfim de um processo de aprendizagem, que pode ser criativo graças à inteligência humana.

Através desta mediação, somos apresentados a valores e a conceitos significativos para nos relacionarmos com o ambiente. Este pensamento se aproxima da teoria do processo civilizador de Elias, pois, certamente, enquanto aprendemos a viver em sociedade, recebemos informações e condutas que determinam nossos comportamentos e percepções acerca do ambiente.

Entretanto, a percepção do ambiente se torna mais ampla quando, através do imprevisto e das experimentações, entramos em contato com o meio ambiente e, então, o indivíduo tem a possibilidade de desenvolver sua própria percepção. Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente que não é possível testar todas as possibilidades e valores referentes ao ambiente, devido às disposições profundamente incorporadas durante a socialização.

Neste sentido, as informações recebidas ao longo do processo de socialização somadas às tentativas e criatividade do indivíduo são importantes para a formação da percepção do ambiente e são componentes importantes para a discussão dos dados obtidos neste trabalho.

Mídia e percepção

Neste trabalho, as interpretações relacionadas à mídia e à comunicação de massa têm, como marco teórico, o livro *Ideologia e cultura moderna*, de John B.

Thompson (1995). As reflexões deste autor permitirão considerar o impacto da mídia na percepção ambiental dos assentados.

Em seus escritos, Thompson explica que “fenômenos culturais são vistos, acima de tudo, como constructos significativos, como formas simbólicas, e a análise da cultura é entendida como a interpretação dos padrões de significado incorporados a essas formas. Mas os fenômenos culturais também estão implicados em relações de poder e conflito” (THOMPSON, 1995).

Aprofundando-se na discussão, Thompson afirma que “estes fenômenos culturais, são sempre produzidos ou realizados em circunstâncias sócio-históricas particulares, por indivíduos específicos providos de certos recursos e possuidores de diferentes graus de poder e autoridade. Estes fenômenos significativos, uma vez produzidos ou realizados, circulam, são recebidos, percebidos e interpretados por outros indivíduos situados em circunstâncias sócio-históricas particulares, utilizando determinados recursos para captar o sentido dos fenômenos em questão” (THOMPSON, 1995).

No mesmo texto, Thompson esclarece o fenômeno da comunicação de massa, que seria “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão generalizada e do armazenamento da informação/comunicação” (THOMPSON, 1995).

Outro aspecto importante para se entender a aplicabilidade da teoria desenvolvida por Thompson aos estudos de percepção ambiental está a concentração poder relacionada às empresas que controlam a veiculação de informação. Thompson afirma ser possível encontrar a presença de holdings que controlam empresas do mercado fonográfico, televisivo, rádios e editoras. Desta forma, é possível encontrar um alinhamento ideológico entre estas diversas formas de divulgar a informação, que pode valorizar ou reduzir determinada informação.

Ao mesmo tempo, Thompson (1995) afirma que apesar da impossibilidade de resposta às informações que atingem a população, o espectador possui ainda uma pequena possibilidade de interação. Thompson afirma que estes espectadores possuem a capacidade de interpretação do que é oferecido através da comunicação de massa e pode, inclusive, discordar e até mesmo rejeitar o que não lhe convém.

3. O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS ASSENTAMENTOS

Este trabalho se inscreve no debate sobre as questões ambientais e fundiárias no Brasil contemporâneo. A propósito, as questões relacionadas à proteção do meio ambiente nos assentamentos são, muitas vezes, encaradas da mesma forma como em outros pequenos estabelecimentos rurais. De nosso ponto de vista, os projetos de reforma agrária devem ser analisados considerando suas grandes especificidades.

De fato, as famílias assentadas encontram dificuldades de todo tipo. Com efeito, há uma crítica recorrente referente ao descaso do poder público quanto à disponibilidade de assistência técnica, dificultando a fixação destas famílias no campo e gerando argumento contrário à reforma agrária (BERGAMASCO, 1997).

Por outro lado, discursos anti-reformistas criticam a destinação de fundos para a reforma agrária, defendendo o encaminhamento dos recursos para outros setores da agricultura. No entanto, na contramão desse pensamento e em razão da pressão política exercida pelos movimentos sociais, em especial, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o INCRA propõe um novo paradigma de organização para os assentamentos. Trata-se de combinar o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos grupos familiares assentados com a utilização adequada do solo e dos recursos naturais (FREITAS, 2008).

Desta forma, foi proposto pelo INCRA, através da portaria 477/99, o projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) dos assentamentos, uma modalidade alternativa aos projetos de assentamentos tradicionais por unir o cuidado com o meio ambiente à reforma agrária (MDA, 2000). Para definir PDS, convém reproduzir texto obtido em Borelli Filho (2006), escolhido pela boa sistematização dos marcos que balizam os PDSs:

“- Atender as especificidades regionais como uma forma de resgate do valor econômico, cultural e social da floresta, das várzeas, não se restringindo somente ao seu potencial agrícola;

- Atentar para o interesse ecológico que, a partir da Lei 9985/00, criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, facultando a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- Valorização da organização em seus diferentes níveis: na vida social, no trabalho e na gestão da comunidade;
- A concessão do uso da terra, por determinado período, para a exploração condominial, obedecendo à aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais;
- Atentar para o interesse ecológico na recomposição do potencial original da área, atendendo a legislação ambiental.”

Relações entre Comuna da Terra e os PDS's.

As discussões que iniciam o processo que culminaria no PDS se iniciaram graças às reivindicações da população de seringueiros na Amazônia, interessados na criação de reservas que atendessem as especificidades de suas práticas. Como resposta, o Ministério do Meio Ambiente cria a RESEX (Reserva extrativista), unidade de conservação onde é permitido conciliar as práticas extrativistas, agricultura e a conservação do bioma amazônico. Aly Junior (2011) defende que estes seringueiros não demandavam a posse destas terras, mas a concessão de seu uso. Deste modo, estas terras devem permanecer sob posse da União, considerando igualmente que se trata de unidades de conservação. Posteriormente, o governo federal concebe o PAE (Projeto de assentamento agroextrativista), alternativa semelhante à RESEX, porém sua área deve ser demarcada pelo INCRA, sem portanto o status de unidade de conservação.

Em 1999, o aprofundamento do debate entre o movimento ambientalista, os seringueiros e o poder público permitiu integrar novas demandas, as quais se procurou atender com a proposta do Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS). Estes últimos se configuram, então, como uma alternativa aos assentamentos tradicionais, considerando as demandas e as características da Amazônia, permitindo implantar a reforma agrária para uma população que não é a tradicional em áreas de interesse ambiental (FAGGIN, 2009). Assim, tanto o PDS quanto o PAE

são alternativas ao assentamento tradicional, tendo em princípio uma titularidade coletiva, atribuída a uma associação ou cooperativa.

No Estado de São Paulo, os PDSs passam a ser implementados para atender uma demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O movimento procurava alternativas para tornar concreta uma nova estrutura de assentamento rural denominada Comuna da Terra. O INCRA apresentou o PDS como uma opção pertinente devido às semelhanças existentes entre os dois modelos, particularmente no que se refere à titularidade coletiva e ao incentivo a uma agricultura mais zelosa com o meio ambiente (ALY JUNIOR, 2011).

Se no Norte do país a posse coletiva da terra está relacionada ao extrativismo, no estado de São Paulo ela impede um comportamento observado por Freitas (2008) na região de Ribeirão Preto: o arrendamento das terras da reforma agrária. Em seu estudo, Freitas (2008) aponta que as dificuldades em produzir e escoar a produção, assim como a dificuldade em obter assistência técnica, abrem portas para induzir o assentado a aceitar o arrendamento de seu lote, considerando que o rendimento obtido desta forma será maior que o obtido com a produção agropecuária

A titularidade coletiva da terra inibe em princípio este tipo de atitude, embora sejam mais interessantes medidas que permitam ao assentado fixar-se na terra com dignidade graças ao acesso à assistência técnica e à logística para escoar a produção até os centros urbanos. Em assentamentos mais próximos da cidade este escoamento pode ser facilitado.

Estas relações com o urbano estão diretamente ligadas a um novo sujeito da reforma agrária para o qual a Comuna da Terra foi pensada. Estes novos sujeitos não têm interesse em afastar-se dos centros urbanos, mantendo relações com as redes interação construídas com outros indivíduos que se mantêm ligados à cidade e aproveitando da infraestrutura desta última.

Moruzzi Marques (2013) denomina estes assentamentos como periurbanos, ou seja, implantados nas áreas ao redor dos centros urbanos e estabelecendo relações mais diretas com a cidade, diferente dos assentamentos tradicionais. A proximidade com o centro urbano facilita, por exemplo, escoar a produção destes assentamentos, considerando a logística facilitada pela proximidade com os

consumidores. Moruzzi Marques (2013) também reconhece nesta proximidade um incentivo a construção de circuitos curtos de comercialização.

Estes circuitos curtos de comercialização foram examinados por diversos trabalhos. Entre eles, Retière (2014) destaca a comercialização em feiras municipais, venda direta no lote ou a redes de comercialização que permitem o contado direto entre o agricultor e o consumidor, criando uma relação de proximidade relacional com o agricultor.

A Comuna da terra foi concebida, então, para incluir uma nova camada da população na luta pela terra. Goldfarb (2007) lança luzes sobre este aspecto, quando afirma que houve uma “mudança no contexto histórico das bases que compões o MST” e esta alteração é fundamental para se entender as Colunas da terra.

Goldfarb (2007) constata também que os sujeitos da reforma agrária, principalmente aqueles ligados à Comuna da terra, constituem uma população que vive nos centros urbanos. Observa também que, em alguns casos, o assentado é filho ou neto daquele que deixou o campo. Desta forma, estes indivíduos possuem habilidades limitadas quando comparada aos que nasceram e no campo desenvolveram suas práticas.

Geograficamente, os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) criados pelo INCRA em São Paulo encontram-se distribuídos no território paulista pelas regiões de Araraquara, Ribeirão Preto, Grande São Paulo/Eixo Anhanguera, Pontal do Paranapanema, Vale do Paraíba e Vale do Ribeira (INCRA, 2009b). No entanto, assim como pode ser observado na tabela a seguir, a partir do ano 2009, o INCRA/SP não deu continuidade a criação de novos projetos de assentamento na modalidade PDS, dando preferência a implementação de assentamentos rurais tradicionais.

Tabela 1. PDS's criados no Estado de São Paulo

Criação	Assentamento	Área (ha)	Famílias
20/09/2004	PDS Sepé Tiarajú	797,74	80
02/08/2005	PDS Alves, Teixeira e Pereira	3.072,67	61
29/11/2005	PDS Manoel Neto	378,90	43
19/12/2005	PDS Olga Benário	692,12	53
27/12/2005	PDS Santa Helena	98,83	14
11/07/2006	PDS Milton Santos	103,45	66
27/07/2006	PDS São Luiz	123,06	30
27/07/2006	PDS Luiz de David Macedo	7.767,22	62
16/10/2006	PDS 21 de Dezembro	256,39	18
24/11/2006	PDS Ribeirão do Pio	406,10	13
15/12/2006	PDS Boa Esperança	54,69	29
15/12/2006	PDS Bom Jesus	68,30	35
20/06/2007	PDS da Barra	1.548,48	462
04/12/2007	PDS Agroecológico	153,26	5
18/09/2008	PDS Hugo Mazzilli	135,53	20
19/09/2008	PDS Elisabeth Teixeira	602,86	104
10/11/2008	PDS Aurora	533,35	75
-	Total	16.782,95	1170

Fonte: INCRA, 2012

É válido destacar que os 17 projetos de desenvolvimento sustentáveis criados entre 2004 e 2008 são muito diferentes entre si. Os assentamentos criados no Vale do Ribeira, por exemplo, apresentam parcelas maiores de remanescentes florestais, em consonância com a proposta inicial do PDS, e possuem portanto maiores áreas. Ao mesmo tempo, os PDS's criados ao redor de grandes centros urbanos, tal como o PDS Elisabeth Teixeira e o PDS Milton Santos, foram estabelecidos sob áreas anteriormente ocupadas pelo agronegócio. Estes assentamentos são menores em tamanho, possuem lotes menores e respondem a proposta periurbana oriunda da Comuna da terra.

Quanto às críticas a este modelo de assentamento, destaca-se o estudo do IPEA (BRASIL, 2013) que encontra nos PDS's problemas similares àqueles dos assentamentos tradicionais. Tal como dito logo acima, estes assentamentos, muitas vezes, são instalados em terras já exauridas pelo agronegócio, implicando na necessidade de um maciço investimento em recuperação do solo. Como frequentemente estes investimentos deixam a desejar, o objetivo de fixação de famílias sem-terra no campo não é alcançado.

Outra crítica pertinente apontada pelo IPEA (BRASIL, 2013) em seu relatório acerca dos assentamentos rurais está relacionada à adaptação destes assentados à agroecologia. Como dito anteriormente, as famílias assentadas têm cada vez mais origem exclusivamente urbana ou então abandonaram o campo muito jovens. Quando assentados, acabam repetindo o modelo de agricultura de gerações passadas. Embora estas práticas são menos nocivas quando comparadas às monoculturas, diferem das práticas agroecológicas. As dificuldades do INCRA em prestar assistência técnica aos assentados certamente acabam por bloquear o processo de transição ecológica, desvirtuando a proposta fundamental destes assentamentos PDS.

4. HISTÓRICO DO PDS MILTON SANTOS E DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA

O PDS Milton Santos

A história do assentamento Milton Santos se inicia com o decreto de desapropriação em 24 de maio de 1976 da área chamada de Sítio Boa Vista, situado entre a cidade de Americana e Cosmópolis, cuja titularidade era da Fábrica de Tecidos Carioba (BRASIL, 1976). O sítio foi repassado para o Instituto Nacional de Proteção Social (INPS) – posteriormente Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – como pagamento das dívidas dos antigos proprietários, a família Abdalla. Entretanto, esta área foi explorada pela usina Esther para a produção de cana-de-açúcar de forma irregular, até o ano de 2005.

As ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, associadas ao movimento dos trabalhadores sem-teto, para o engajamento de famílias na luta pela terra ocorreu na periferia das cidades de Limeira, Americana e Campinas. Nestas ocasiões, os integrantes do MST conversavam com as famílias, lançando perspectivas sobre a possibilidade de aceder a uma parcela de terra e sobre as propostas que configuram a Comuna da Terra, tal como revelam nossos entrevistados.

Num primeiro momento, estas famílias apresentavam certo receio, devido à violência associada ao movimento social pela terra propagada pela mídia constantemente. Entretanto, a vida precária e insegura levou as famílias a participar do trabalho de base e, posteriormente, a participarem da ocupação da Granja Malavasi. Os relatos da ocupação são melhores explicados na fala de um dos assentados “[...] e uns dias depois que a gente chegou, eu esperava, veio um monte de gente, gente de tudo quanto é jeito por tudo quanto é lado [...] gente que o MST mandou pra apoiar a ocupação.” (Entrevista nº 12) A precariedade da ocupação foi mencionada por outros assentados “o problema lá era a água. Água pra beber, água pra tomar banho, lá não tinha muito porque lá era a criação de porco” (Entrevista nº 14).

O acampamento na Granja Malavasi acabou por ser desfeito e, como a luta pela terra é um processo que envolve esforço e principalmente persistência, o MST promove a ocupação da fazenda Santa Julia, na mesma região, para continuar a

pressionar o poder público. Neste momento, o INCRA se mobiliza para encaminhar os assentados para o sítio Boa Vista, situado parte na cidade de Americana e parte na cidade de Cosmópolis, escoltados pela polícia militar. Na chegada, os assentados observaram a presença das gramíneas (por eles chamada de colônião) e do cultivo de cana-de-açúcar. “Quando chegamos aqui vi que tinha colônião [*Panicum maximun*] e cana, muita cana. Aí eu pensei: aqui vai ter bastante formiga [...]” (Entrevista nº 3)

A sensação de conquista de um ideal, mesmo com muitas dificuldades, é realçada desta maneira, “quando a gente chegou, os caminhões chegando com todas as coisas caiu uma chuva, mas uma chuva forte que molhou todas as coisas da gente. Mas por outro lado fiquei feliz, né [...] a gente tinha conseguido a terra. A chuva foi sinal de boa sorte...água é sinal de vida, né?” (Entrevista nº 10)

O evento relatado nesta última entrevista aconteceu no dia 23 de dezembro de 2005, quando tem início a implantação do PDS Milton Santos, nome definido coletivamente em homenagem ao dia da consciência negra, representada pelo nome de um dos mais importantes intelectuais negros do país.

Depois de alguns anos de implantação, o assentamento passa a ser responsável pelo fornecimento de 400 toneladas alimentos (MORUZZI MARQUES et al, 2014) para as mais para diversas instituições de assistência social da região de Americana, graças à modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos (DS-PAA).

Por outro lado, o PDS Milton Santos é considerado como uma unidade de referência da Rede de Agroecologia do Leste Paulista, que reúne agrônomos, agricultores e pesquisadores, sob a coordenação da EMBRAPA Meio-Ambiente, para pesquisa e desenvolvimento de práticas ecológicas no estado. De fato, o apoio de parceiros ao assentamento é considerável, reunindo universidades, ONGs, centros de pesquisa e coletivos políticos, que desenvolvem projetos de recuperação da área de proteção permanente, de produção e comercialização, de educação, entre outros.

Apesar dos investimentos realizados, estes assentados quase perderam suas casas e suas vidas já estruturadas quando a Usina Esther impetra um pedido de reintegração de posse e, tendo seu pedido aceito, acaba por ameaçar de despejo

estas famílias. A contenda se inicia em 1981, quando o Grupo Abdalla impetrou uma ação de prestação de contas a União julgada favorável a sua causa, tornando-se proprietária novamente do sítio Boa Vista, embora nunca o tenha registrado oficialmente em cartório (BRASIL, 2013).

O imbróglio só findou após a medida cautelar do desembargador federal André Nekastschalow ao considerar como grave a omissão do Grupo Abdalla por não citar a existência da propriedade do Sítio Boa Vista no processo, assim como ignorar os investimentos do governo federal que, até aquela época, somavam R\$1.369.200,00³. Desta forma, os assentados do PDS Milton Santos ganharam mais tempo para organizarem suas defesas até eventuais investidas do Grupo Abdalla.

COOPERACRA

Nas entrevistas realizadas com sete famílias deste coletivo, foram levantadas informações sobre o histórico do grupo, notadamente sobre a constituição da cooperativa. A interpretação dos dados permite dividir a história desta cooperativa em três momentos:

Num primeiro momento, algumas famílias no bairro “Jardim Alvorada”, na periferia da cidade de Americana decidem reproduzir em terrenos baldios hábitos que tinham antes de chegarem na cidade. Os entrevistados afirmam que suas famílias ali chegaram ao longo da década de 70. Com as famílias cultivando hortaliças para consumo próprio em terrenos não utilizados, inicia-se uma organização do grupo. Pouco a pouco, o sucesso na produção acaba gerando um excedente, vendido às pessoas das redondezas. Um dos entrevistados afirma que sentiu-se valorizado e que seu esforço tornou-se reconhecido pelos vizinhos. Os entrevistados afirmam que a horta caminhava bem até que a prefeitura de Americana passa a reivindicar os terrenos, impossibilitando a manutenção dos cultivos. Estas famílias organizam-se, então, para ocupar uma área de 40 hectares próxima a suas casas, pertencentes ao Instituto de Zootecnia de Nova Odessa.

Para negociar com a prefeitura e estabelecer um acordo que assegurasse, mesmo que minimamente, suas atividades, estas famílias criam a ACRA (Associação Comunitária Rural Alvorada), um marco na história desta cooperativa.

³ Segundo declarado na ação cautelar inominada nº0001751-46.2013.4.03.0000/SP2013.03.00.001751-0/SP.

Com uma maior área disponível para cultivo, aumentou a disposição das famílias que passam a não apenas cultivar hortaliças mas também a criar animais para produção de ovos e leite

Quanto à relação entre as práticas agrícolas e o ambiente, destaca-se a produção orgânica desta cooperativa. Parte desta escolha é resultado de uma experiência anterior a vinda destas famílias à Americana. Retière (2014), ao estudar tal cooperativa, analisa o efeito do uso de agrotóxicos contaminando a natureza e intoxicando as famílias como um dos principais argumentos que justificaram a opção pela produção de orgânicos do coletivo original da Cooperacra.

Retière (2014) também nos permite explorar um período pouco relatado ao longo das entrevistas, aquele do início da década de 1990. A autora afirma que, em 1992, a ACRA se associa à Prefeitura de Americana para fornecer alimentos para a rede escolar do município, o que deixou os agricultores muito otimistas.

Entretanto, o otimismo transforma-se em frustração quando este mesmo convênio é suspenso, gerando uma queda brusca na renda agricultores. Retière (2014) afirma que a Prefeitura de Americana era o principal consumidor da produção destes agricultores. Desta forma, a autora esclarece que estes últimos sobreviveram quase exclusivamente da venda direta no local ou da venda de porta em porta após tal suspensão do acordo com a prefeitura local.

Os membros da ACRA voltam a se motivar em 2006, quando há uma mobilização para a certificação orgânica. Esta última tornou uma referência local para outros produtores da região interessados neste tipo de agricultura. Neste processo, a associação é substituída por uma cooperativa, a Cooperacra, formada por este coletivo, agregando outros produtores locais orgânicos. Atualmente, a Cooperacra fornece alimentos para diversas instituições, através do PAA/DS, e para mais de 100 escolas através do PNAE⁴.

⁴ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nada mais é que um dispositivo de política pública que fomenta a compra de gêneros alimentares para a “merenda escolar”, tal como é amplamente designada.

5. DISCUSSÃO

Percepção acerca do meio ambiente.

Considerando as discussões de nosso capítulo sobre percepção ambiental, trata-se agora de examinar os elementos obtidos em nossas entrevistas com os membros das famílias assentadas e da Cooperacra.

Nesta perspectiva, quando questionados sobre o ambiente, os entrevistados no PDS Milton Santos apontaram elementos, sobretudo da fauna, flora, solo e água. Nos discursos dos entrevistados, as casas, os carros e outros elementos construídos pelo homem não são lembrados e, portanto, não são em princípio percebidos como parte do ambiente.

Neste âmbito, encontramos diversas associações. Na primeira, observamos que os entrevistados no PDS Milton Santos preferem, ao longo de seu discurso, substituir a palavra ambiente por natureza. Quando questionados sobre a substituição, os entrevistados afirmaram não ser proposital, mas estar ligada ao uso mais cotidiano da palavra natureza. Assim, afastam o conceito de ambiente que, para os entrevistados, é mais formal.

Desta forma, abaixo, estão reproduzidos trechos dos discursos mais ilustrativos sobre a percepção do ambiente.

“[A Natureza] é isso que você vê aí [neste momento, o entrevistado aponta para a área de preservação permanente]. As árvores, os passarinhos...até as cobras tudo isso aí é a natureza. O que sobrou dela, né, porque o resto a cana sumiu com tudo” (Entrevista nº 6).

“Natureza é água, ar, terra...planta também é natureza, os bichos. Tudo isso é natureza” (Entrevista nº 4).

Outras associações interessantes ao conceito de natureza e ambiente estão relacionadas à personalidade do indivíduo ou a sensações despertadas pelo cotidiano:

“Às vezes a gente diz que o ambiente está pesado, quando tem uma briga ou quando tem alguma coisa atrapalhando as coisas”. Aí também se fala do ambiente (Entrevista nº 8).

“[...] natureza também é a natureza da gente. [...] ‘Eu tenho natureza calma’ [...] ou ‘a natureza da pessoa é brava’. Isso daí também é a natureza” (Entrevista nº 5).

Porém, a representação predominante de ambiente (natureza ou meio-ambiente) diz respeito aos objetos não construídos pelo homem. Nesta ótica, os entrevistados do PDS Milton Santos entendem que preservar esse ambiente é dever de todos: dos próprios assentados, dos homens, do governo e dos órgãos não governamentais.

“Meio ambiente é nosso planeta que [as pessoas] devem cuidar. Precisamos ter ciência de que devemos ter uma maior conscientização da preservação deste meio. Assim a gente consegue um mundo melhor para as gerações futuras” (Entrevista nº 17).

Por outro lado, sete dos entrevistados associam os termos “ambiente” e principalmente “natureza” à uma primeira infância quando o contato com a “natureza” era cotidiano. São destacadas assim cenas da infância tal como as árvores frutíferas existentes no local, a observação de pássaros ou mergulho em rios em rios e lagos próximos de onde moravam. ‘

“[o entrevistado] corria por lá tudo, nadava no rio, vivia com o pé sujo de terra porque eu não usava [calçados] mesmo. Não tinha dinheiro pra essas coisas não [...] mas então eu trepava nas árvores” (Entrevista nº 18).

“Eu cresci no meio da natureza. No sítio a gente pegava manga no pé...subia no pé e pegava a manga docinha. Hoje em dia não dá mais pra fazer isso, quase não tem mais árvore por aí. Na cidade não dá muito pra viver desse jeito, tem muito asfalto. Eu queria mesmo é que todo mundo tivesse essa experiência, pra saber como é que é bom” (Entrevista nº 12).

Esta experiência lúdica e agradável parece estar marcada na memória dos assentados de maneira indelével e de tal forma que é possível observar a mudança nos gestos e expressões. No geral, o incômodo e a tensão causada pela presença do pesquisador estranho ao local portando um gravador eram substituídos pelo relaxamento dos ombros, sorrisos, mudanças na cadência da fala.

“É gostoso viver assim, perto da natureza, com bastante passarinho que canta que é uma beleza, da manhã até de tarde. As vezes vem até beija flor [...] parece que eu tô de volta no sítio, aquela vida de criança, brincando no mato, correndo [...] pena que essas crianças de hoje não valoriza mais isso. Ficam todas só aqui, no celular, apertando esse negócio o dia inteiro. Depois vão pra escola sem saber nada...e se a professora pergunta alguma coisa? Vai falar que não sabe? (Entrevista nº 4).

Considerando as informações citadas acima, convém refletir sobre um aspecto prático das percepções ambientais dos entrevistados. Observa-se neste grupo, que mobilizou as cenas de sua infância quando tratavam sobre o ambiente, os lotes com maior quantidade de espécies arbóreas plantadas na frente ou ao redor da moradia. Desta forma, é possível presumir que há uma relação entre as experiências vistas como positivas vividas no passado e a ação ambiental destes entrevistados, responsáveis por parcelas do assentamento. Este aspecto é consonante ao um dos elementos principais para se pensar a “Topofilia” de Tuan (1974), ou seja, a relação desenvolvida com o espaço ao longo da infância como uma importante fonte no que tange ao plantio de espécies arbóreas, nem sempre frutíferas, tanto para reproduzirem os cenários em que cresceram ou simplesmente para aumentar a sensação de se viver em comunhão com o ambiente.

Este grupo de assentados também manifesta a sensação de que atravessamos um momento de crise. Embora a expressão “crise ambiental” não seja utilizada em nenhuma das entrevistas, é possível reconhecer no discurso dos entrevistados a sensação de que o ambiente está correndo risco, o que não é favorável à vida humana.

“Tá tudo acabando. [...] daqui a pouco não tem mais água em lugar nenhum, tão estragando tudo. Daqui a pouco não tem mais nada em cima da terra, nem bicho, nem planta, nem gente” (Entrevista nº 8).

Na opinião destes entrevistados, as ações humanas são responsáveis pela destruição do ambiente. E a responsabilidade de encontrar alternativas também cabe a todos.

“E você pensa que não? Tem gente que não gosta do ambiente, não. Prejudica tudo que pode, caça passarinho, arranca árvore. Pra que? Pra nada. Só por arrancar mesmo. Começa indo tirar cabo de enxada da mata, depois tira a mata pra ter mais produção, aí começa a pôr adubo porque a terra ficou fraca...vai destruindo tudo. Tudo pelo dinheiro” (Entrevista nº 9).

Neste grupo, há uma tendência em acreditar que as práticas adotadas no PDS Milton Santos são suficientes para o equilíbrio do ambiente, principalmente quando comparada a monocultura de cana-de-açúcar. Desta forma, eles contribuiriam com a solução da crise em seu cotidiano.

“[...] plantar com cuidado [...] sem queimar [...] sem veneno, a gente ajuda a fazer o que os outros não fazem cuidar da natureza, não é verdade? A gente ajuda assim, produzindo assim [...] é pequeno se for ver bem, se comparar com cana aí do lado, é pequeno, mas faz a diferença” (Entrevista nº 8).

Um segundo grupo recorre a elementos ligados à fertilidade do solo e à capacidade de produção de seus lotes quando dissertam sobre o ambiente. Nestes casos, a presença no discurso de menções a árvores e a vida animal, por exemplo, é diminuta, assim como não manifestam interesse em práticas sustentáveis de agricultura. Neste caso, transparece uma oposição entre produção e meio-ambiente.

“[A preservação] da natureza é importante, se, tem que cuidar mesmo [...] mas a gente também tem que viver. Se eu não plantar, não ganho. Se a terra não for forte, eu vou ter prejuízo depois” (Entrevista nº 6).

“[...] A terra aguenta um pouco de uso sim, não pode força muito porquê aí acabar de vez, mais se força [por forçar entende-se um uso mais extremo da terra] um pouquinho ela aguenta. Se não aguentasse já tinha acabado tudo [...] olha a cana aí em frente pra você ver se a terra não aguenta. [...] a natureza sempre dá um jeito de se recriar, de se fazer de novo, até um ponto, lógico” (Entrevista nº 18).

Para este grupo, a preservação do ambiente é um aspecto importante, mas desde que as práticas agrícolas adotadas para preservar sejam tão ou mais produtivas que as tradicionais. É possível identificar este grupo de assentados pela utilização quase que total de seus lotes, excluindo a APP e a área utilizada para moradia, para a produção de alimentos ou para a criação de animais.

Há um último grupo que utiliza argumentos religiosos para dissertar sobre o ambiente. Esta linha argumentativa se inicia na definição de ambiente: “[Ambiente] é essas coisas que Deus deu pra gente. Tudo isso criado pra gente viver bem mas aí já viu [...]” (Entrevista nº 17).

Embora a percepção de uma crise ambiental também esteja presente neste grupo de entrevistados, há um elemento que se diferencia dos outros dois. Para estes interlocutores, toda degradação do ambiente faz parte de uma crise ainda mais ampla, causada pelo desrespeito ao código moral previsto na Bíblia e, por esta razão, só poderia ser revertida através da conversão de toda humanidade. Os excertos reproduzidos abaixo são exemplos da argumentação deste grupo.

“Todo mundo louco fazendo tudo errado, um matando o outro. Está escrito na palavra [a Bíblia] que isso ia acontecer, pode procurar que está lá escrito que se não segue o que Deus quer” (Entrevista nº 1).

“[...] bom, eu sou religioso, eu sei que essas coisas iam acontecer. Deus quer que a gente siga o que Ele falou na Bíblia senão vai ser acontecendo assim, o tempo vai mudando, vai acabando tudo até chegar a hora do julgamento. Até lá vai ser essa situação, muito calor num dia, muito frio no outro... chove pouco um tempo depois enche tudo [...] vai sendo assim” (Entrevista nº 19).

Assim como o primeiro grupo, a sensação de que há uma crise ambiental está presente nestes argumentos. Entretanto, estes interlocutores a consideram irreversível, pois está envolvida em uma crise mais ampla e complexa. Esta sensação de crise está diretamente relacionada a uma atitude pouco conservacionista

Este grupo tende a utilizar adubos sintéticos em sua produção, mesmo que discretamente. Convencer este grupo a implementar práticas agrícolas ambientalmente mais interessantes, como a cobertura do solo com palha, é mais

viável através de argumentos que representam um aumento de renda. É deste grupo a maior parte dos lotes com pouco uso agrícola.

Um último aspecto relacionado ao ambiente se refere à sensação de satisfação de viver no assentamento. Os entrevistados afirmaram que a zona rural é um espaço melhor para viver do que o urbano. Nenhum dos entrevistados relatou ter interesse em sair dos seus lotes para morar em outros lugares. Esta percepção está mais ligada aos assentados cuja origem é exclusivamente urbana.

“Se eu quisesse outro lugar já teria vendido aqui; daqui não saio; estou bem aqui, ainda planto o que como, comida boa, saudável” (Entrevista nº 3).

“O bom pra viver é continuar com a vida no campo. Uma vez pensávamos que teríamos que ir para a cidade por causa do conforto. Mas agora temos tudo aqui: água encanada, luz, telefone. Às vezes temos uma crise, mas quero ficar aqui, não vale à pena sair” (entrevista nº 2).

“Eu gostaria de morar no mesmo lugar, continuar com a orgânica, por que eu mesmo posso estar prejudicando ele, mudando o jeito; mas, quero continuar morando aqueceu gosto de morar no assentamento [...] Pra cidade eu não volto nunca mais” (Entrevista nº 16).

“O lugar bom para viver é no campo, por causa do espaço, tem quintal, árvore. Um filho educado aqui é bem diferente que na cidade, não tem opções de lazer no campo, mas na cidade não se tem lazer também, pois o que pensam que é lazer na verdade não é” (Entrevista nº 10).

Considerando as informações acima, convém novamente analisar os impactos destas percepções sobre o ambiente. Tal como Tuan (1980) menciona, tanto o contato direto com o ambiente quanto as vivências anteriores à instalação no assentamento são elementos importantes para a formação da percepção.

Neste ponto, o conceito de topofilia nos permite pensar que a criação de laços anteriores com o ambiente deveria favorecer uma agricultura menos agressiva ao ambiente, se comparada ao cultivo de cana de açúcar. Observa-se, então, que os entrevistados do PDS Milton Santos, cuja vivência anterior com a terra é impregnada de boas lembranças, tendem a utilizar práticas mais zelosas ao ambiente. Inclusive, estão dispostos a implementar práticas diretamente destinadas à preservação.

Quanto aos entrevistados da Cooperacra, a percepção ambiental dos associados a esta cooperativa apresenta certa homogeneidade, o que impossibilita a proposição de uma tipologia. Desta forma, quatro entrevistados apresentam percepções mais próximas de residentes em zona urbana, diferenciando-se dos entrevistados no PDS Milton Santos que, mesmo tendo origem urbana, apresentam percepções características de residentes rurais. É possível observar nos excertos abaixo a inclusão dos veículos e da humanidade aos elementos que compõem o ambiente, o que difere dos entrevistados do PDS Milton Santos.

“[O ambiente é composto por] plantas, bichos e pela gente também. A gente vive no ambiente e mexe nele para poder viver. [...] Não dá pra viver na floresta, no matão fechado, não, aí só sendo índio mesmo. [...]” (Entrevista nº 5).

“Ambiente e isso tudo aqui em volta [...] os passarinhos, a terra, as coisas que crescem nela [...] a casa da gente, até a gente [...] é tudo ambiente” (Entrevista nº 22)

Ao se referir a medidas diretamente relacionadas à preservação do ambiente, quatro entrevistados apontaram ser uma responsabilidade das pessoas. Outros dois entrevistados consideram injusto depositar toda responsabilidade e todo investimento monetário necessário para medidas de adequação à legislação ambiental sobre os pequenos produtores. Para estes dois interlocutores, a responsabilidade deveria ser compartilhada e, de preferência, paga pelo governo exceto nos casos onde o poluidor é a grande indústria.

“[A responsabilidade] fica toda em cima do povo, cuidar, proteger ou mesmo plantar. Mas o pequeno, aquele que tem uma terrinha só pra plantar não consegue ir e plantar tudo de novo, no lugar. Aí ele fica sufocado, endividado, e tem que ir embora. [...] O governo é que devia pagar essa conta, as gentes já pagas bastante coisa pra eles e eles ficam com tudo lá pra eles, eles deviam cuidar disso, não o pequeno [agricultor]. Mas se não fizer, vem e aí vai dar problema” (Entrevista nº 23).

Os outros três entrevistados acreditam que a responsabilidade de zelar pelo meio ambiente é do Estado, embora as ações cotidianas dos indivíduos possam contribuir para um ambiente mais saudável. Estes três interlocutores acreditam que sua maior contribuição para o ambiente é a agricultura orgânica praticada neste local.

Um aspecto interessante da percepção dos entrevistados da Cooperacra está relacionado à percepção das mudanças climáticas, principalmente no regime e volume de chuvas. De certa forma, este tipo de preocupação já era esperado, uma vez que as entrevistas ocorreram após um longo período de seca em 2014.

“[...] Quando a gente construiu, aqui a água antes chegava a subir aqui [neste momento, o entrevistado apontou para o primeiro dos três degraus na entrada de sua casa], perigava entrar em casa. Agora não, agora mal-e-mal chega até ali, ó. [...]” (Entrevista nº 23).

“[...] e não é só da água da chuva que a gente sente falta não. Eu gostava de dormir ouvindo aquele barulhinho da chuva, [sentir] cheiro da terra molhada. Agora isso tá cada vez mais difícil” (Entrevista nº 22)

Estas mudanças no clima são fontes de preocupação para os agricultores, pois impactam diretamente no plantio e colheita de gêneros alimentícios que fazem parte do cotidiano alimentar dos brasileiros. Cabe destacar que, no trecho abaixo, o entrevistado não se referia ao seu cultivo atual mas a suas práticas agrícolas anteriores à instalação nas terras da cooperativa.

“[...] Pra plantar feijão daqui a pouco já não dá mais. Antes o feijão dava em duas safras... Era plantar. Agora eu já não sei, a chuva a chuva está atrasando muito. [Por causa do atraso das chuvas] planta mais tarde tem que colher mais tarde. [...] Como é que faz pra viver com uma safrinha só O jeito é plantando outras coisas [...] mais aí vai faltar comida na mesa, né? E feijão é comida do povo [...]” (Entrevista nº 24).

A percepção de mudança climática pode ser resultado de difusões e mensagens relacionadas à mídia, considerando que os exemplos citados pelos entrevistados para ilustrar esta questão são, inicialmente, de áreas distantes e urbanas, como a cidade de São Paulo.

Desta forma, não é possível afirmar com certeza se esta sensação de que o clima está mudando se trata da observação dos entrevistados no PDS Milton Santos ou a absorção do discurso veiculado por diversas mídias. De qualquer forma, a percepção de mudanças no clima não tem relação com as práticas agrícolas no assentamento. Ainda assim, seis entrevistados afirmaram que se preocuparam com

a possibilidade de que a quantidade de água existente em seu poço baixasse muito, o que representaria dificuldades para a produção agrícola.

Percepções acerca da monocultura de cana e de seus impactos socioambientais.

É possível reconhecer no discurso dos assentados do Milton Santos elementos que permitem classificá-los em três categorias distintas: na primeira estão os assentados que reconhecem na cana-de-açúcar um entrave ambiental para o PDS Milton Santos; na segunda, aqueles que identificam a cana de açúcar como um entrave, mas observam fatores favoráveis que justificariam sua prática tal como é atualmente e; por fim, aqueles que não se sentem incomodados com a presença de cana de açúcar ao redor do assentamento.

No primeiro grupo, composto por 9 entrevistados, a cana de açúcar é encarada como um problema devido à forma como é produzida nos arredores do PDS Milton Santos. Estes assentados têm a sensação de que o solo do assentamento está contaminado, uma herança maldita dos muitos anos de uso intensivo de insumos agrícolas, característico da monocultura de cana. Esta forma de uso do solo predominou nos períodos que antecederam a instalação do PDS Milton Santos na área do sítio Boa Vista e ainda predomina nos arredores do assentamento.

Ademais, a forma adotada pela Usina Esther para pulverizar os insumos agrícolas em seu extenso canavial causa muito incômodo. Para os assentados, estes insumos são contaminantes que contrariam a proposta de cultivo do assentamento, como pode ser conferido nos trechos destacados abaixo:

“[O assentamento e a cana-de-açúcar] não podiam ficar assim, tão junto. São bem diferentes, o jeito de plantar nosso e deles. Devia ser separado, ficar bem longe eu acho que poderia ser bom. [...] aí todo mundo ganha, a gente [assentados], eles [os grandes proprietários de terra] e o povo, que precisa de comida[...]” (Entrevista nº 19).

“Se pudesse eu tirava a cana e [ampliaria] mais o assentamento. Eles estragam tudo, contaminam com essas coisas aí que eles jogam daquele aviãozinho. Se for ver bem a

gente não é orgânico [...] porque tem essas coisas que eles jogam aí por tudo. Se pegar pra ver a terra e a produção, aí vão perceber que a gente até tenta ser orgânico mas a usina não deixa [...]” (Entrevista nº 14).

Os seis entrevistados que compõem o segundo grupo também apontaram o cultivo de cana de açúcar como o principal problema ambiental do assentamento. Entretanto, estes interlocutores apresentam argumentos que justificam o plantio de cana de açúcar, apontando seu potencial para gerar empregos ou mesmo a importância da monocultura de cana na macroeconomia do Brasil.

“[A monocultura de cana-de-açúcar traz impactos negativos no ambiente] mas tem muito pai de família que sustenta família com o dinheiro da cana. Eu mesmo já vivi assim, de cortar cana [...] a cana é ruim mas se parar de plantar é ruim também” (Entrevista nº 9).

“A cana [...] é ruim, mas não pode tirar a cana porque aí o Brasil quebra. Então tem que ter cana mas não aqui [no assentamento], aqui faz outra coisa. Devia ser dividido, lugar pra cana e lugar pra gente, mas tirar toda a cana vai dar um problemão pra Dilma” (Entrevista nº 11).

Nos trechos destacados acima, é possível observar argumentos conciliadores que contrastam com aqueles do primeiro grupo por não manifestarem o desejo de extinguir a cana-de-açúcar dos arredores do assentamento. Ao mesmo tempo, estes assentados reconhecem os impactos negativos do manejo adotado no canavial pela usina Esther.

Estes dois grupos têm em comum a sensação de que cultivar em solo contaminado, em razão da constante pulverização de insumos agrícolas, influenciam negativamente a produção de alimentos orgânicos no Milton Santos. Apesar de apresentarem seus produtos como orgânicos, há a crença na impossibilidade da certificação devido às atividades agrícolas convencionais da usina Esther. É válido destacar que, em suas normas, o PAA premia os produtos orgânicos com sobre preço de 30%, o que poderia aumentar a renda destes assentados, considerando que seu principal canal de escoamento é justamente este programa de aquisição de alimentos.

No terceiro grupo, com cinco entrevistados estão concentrados os assentados que não consideram a cana de açúcar como um problema à sua

agricultura. Para estes agricultores, o convívio com a cana-de-açúcar não traz nenhum impacto negativo.

Nossa análise dos discursos permite identificar as ideias daqueles interlocutores que dependem muito da agricultura como principal fonte de renda como relativamente favorável a forma de cultivo da usina Esther, principalmente quando se trata de avaliar o volume da produção ou o montante arrecadado com os derivados da cana-de-açúcar. A propósito, a prática de utilizar pequenas quantidades de inseticidas ou mesmo de adubos químicos, embora esteja presente nos três grupos de agricultores apresentados acima. É mais comum entre os assentados cujo discurso se enquadra no último grupo.

PDS e Comuna da Terra

Em consonância com Moruzzi Marques e colaboradores (2014), observamos que 11 entrevistados do assentamento Milton Santos manifestam desconhecer o significado da sigla PDS. Em alguns casos, quando questionados, os entrevistados acabam por associá-lo à proposta do movimento social por terra de Comuna da terra.

Na maioria dos casos, as respostas são “não sei o que é isso” ou mesmo “deve ser coisa do governo, mas não sei o que é” (Entrevista nº 8). Desta forma, é possível considerar que a inscrição do assentamento na modalidade PDS tem pouca interferência na percepção ambiental dos assentados.

Entretanto, a proposta de Comuna da terra tem uma importância crucial para se entender a agricultura e a percepção dos assentados. Quando questionados sobre as práticas agrícolas que adotam, os assentados mencionam as oficinas oferecidas no início da implementação do assentamento.

Segundo os assentados entrevistados, o trabalho de base se iniciou logo após o engajamento de suas famílias na luta pela terra, momento onde foram informados sobre o que seria uma Comuna da terra e suas regras. O compromisso com o desenvolvimento de uma agricultura orgânica nasce neste momento.

Os entrevistados afirmaram portanto ter participado de diversas oficinas oferecidas pelo MST e pelo INCRA logo no início do assentamento. Nestas oficinas,

algumas práticas agrícolas foram disseminadas, tal como o uso de cobertura morta para manter a umidade e fertilidade do solo, além do incentivo à não utilização de venenos, adubos químicos e queimadas.

Desta forma, estas oficinas funcionam como uma espécie de educação ambiental, permitindo ao assentado refletir sobre como produzir com maior zelo ao meio ambiente. É evidente que, através da análise do discurso, é possível afirmar que a postura favorável a uma agricultura de base ecológica não é unânime, mas pode ser encarada como uma tendência. As exceções são alguns assentados cuja trajetória de vida permitiu residir por mais tempo no campo, praticando uma agricultura convencional. Para estes agricultores, suas práticas agrícolas atuais foram mais influenciadas pela bagagem cultural construída no cotidiano do campo do que por estas oficinas. Apesar de tudo, estes agricultores com uma visão convencional da agricultura afirmaram estar mais sensíveis às questões ambientais atualmente graças a estas oficinas.

Para a maioria dos assentados de origem predominantemente urbana, estas oficinas foram as principais responsáveis por ensiná-los as práticas de cultivo orgânico. Desta maneira, manifestam desejar desenvolver uma prática agrícola mais zelosa com o ambiente.

Deve-se destacar também para o desenvolvimento desta perspectiva os diversos trabalhos realizados pelo Núcleo de Agroecologia da ESALQ\USP, em diferentes frentes. O trabalho dos grupos de extensão que compõem o núcleo funciona como uma continuidade das primeiras oficinas, participando ativamente da construção das condutas cotidianas dos assentados e sensibilizando-os quanto às práticas agrícolas mais coerentes com a proposta do assentamento. Os entrevistados com origem predominantemente urbana pareceram mais interessados nas oficinas do Núcleo de Agroecologia quando comparado àqueles que já trazem consigo uma vivência maior no campo.

Visões sobre a agroecologia

Quando questionados sobre este tema, 17 entrevistados no PDS Milton Santos afirmaram não conhecer o conceito de agroecologia ou o associam de maneira um tanto confusa aos sistemas de produção agroflorestais. Nestes casos, o discurso é radicalmente contra a agroecologia, pois os entrevistados acreditam que as árvores não podem dividir espaço com a área de cultivo, considerando que ocupariam um espaço destinado à agricultura.

“Cada coisa no seu lugar. A árvore tem o lugar dela e a produção tem o lugar dela. Se eu colocar árvore vai ocupar um espaço que podia por produção. E aí o cara vai pôr produção no lugar ali embaixo. Cada coisa no seu lugar” (Entrevista nº 13).

“Esse negócio de agroecologia é para pôr árvore no lote. Eu não gosto de muita árvore. Atrapalha tudo. A árvore tem que ficar lá onde ela tem que estar. Plantaram essa mata aí e lá eu não pego nem um cabo de enxada. Respeito. Mas no lote é lugar pra plantar” (Entrevista nº 20).

Paralelamente, os entrevistados são favoráveis aos cultivos orgânicos. Neste aspecto, os assentados consideram praticar uma agricultura mais zelosa com o ambiente, principalmente quando comparada à monocultura de cana-de-açúcar.

“Você veio escrever no lugar certo. Aqui a gente planta de um jeito que não ofende o meio ambiente. Aqui não usa veneno [...] e se cuida do ambiente” (Entrevista nº 8).

“Não precisa plantar daquele jeito. Tá certo que a cana da emprego pro pai de família, tem gente que vive disso [...] mas dá pra produzir de outro jeito. Olha aqui, aqui produz também e sem prejudicar o ambiente. Sem contaminar nada” (Entrevista nº 3).

É importante destacar que alguns inseticidas são utilizados pontual e esporadicamente por alguns entrevistados, apenas quando as outras opções não são eficientes ou há uma dificuldade em sua utilização. No cotidiano, são utilizadas soluções mais coerentes com a proposta do assentamento, tal como relatado por um assentado, no trecho da entrevista reproduzido logo abaixo:

“Isso aqui é tudo mamona que eu uso para a [produção] orgânica. Eu pego a folha de mamona, ponho num galão com água e deixo ali pra curtir. Esqueço dele um pouco. Depois eu pelo ele e uso quando precisa, quando da bicho. Assim evita de eu usar veneno. É melhor né?” (Entrevista nº 4).

Ao justificar esta forma agrícola de produzir, os assentados também relacionam sua agricultura como uma alternativa de produção de alimentos saudáveis em comparação com aqueles contaminados com agrotóxicos disponíveis em feiras e supermercados.

“O que eu mando [para o PAA/DS] é o mesmo que eu daria pra minha família comer. [...] E o que eu não quero pra mim eu também não quero para os outros [...]” (Entrevista nº 12)

“Quem passa aí na frente e vê esse [capim] colônia alto vai pensar que eu sou vagabundo, que eu não faço nada. Mas não, o colônia taí porque depois dele crescido, eu derrubo e deixo cobrindo a terra. Assim eu vou alimentando a terra, deixando ela mais forte, mais funda, tá vendo como ela tá mais escura? [...] Quando eu plantar a terra vai tá boa e nem vai precisar de mis nada” (Entrevista nº 8).

Mais recentemente, os assentados do PDS Milton Santos iniciaram um processo de reconhecimento orgânico, através das OCS (Organização de Controle Social), com apoio do Núcleo de Agroecologia, da ESALQ/USP. Os motivos desta adesão são muitos: desde o reconhecimento da produção orgânica até o aspecto econômico desta escolha. Uma das principais fontes de renda no assentamento é a venda de seus produtos para o DS-PAA, como já mencionado, que acrescenta um sobre preço de 30% ao alimento cuja produção orgânica.

Além deste reconhecimento orgânico, o interesse nas OCS se refere a uma alteração na convivência entre os assentados. Organizados em grupos para implementar a OCS, assentados entrevistados afirmam observar mudanças nas relações interpessoais, principalmente quanto às práticas agrícolas daqueles que vivem ao redor de seus lotes. Àqueles que, mesmo discretamente, utilizam adubos inorgânicos ou defensivos agrícolas são reservados, rejeitados e constrangidos.

Há também críticas e queixas acerca de um ou outro membro de seus grupos. Porém, o mais interessante é considerar a sensação dos assentados de um aumento na veiculação da informação, tanto entre os assentados quanto entre estes últimos e o Núcleo de Agroecologia. Assim, circulam mais rapidamente informações de adaptações e vantagens de práticas agrícolas em torno da produção agrícola orgânica.

Apesar de críticas, há uma sensação de esperança presente na maioria dos entrevistados, por acreditarem que a organização desta forma dos agricultores assentados pode ser uma das soluções para um aumento de suas rendas, auxiliando a permanência do campo.

Na Cooperacra, por sua vez, encontramos abordagens interessantes a respeito da agroecologia. Quando questionados sobre o tema, todos afirmaram saber do que se trata, associando o conceito com a agricultura orgânica, a produção de alimentos mais saudáveis e os cuidados com o solo, tal como é possível observar nos excertos abaixo:

“[Agroecologia] é um jeito de plantar. Deixa o solo bom, eu vejo que a terra é muito melhor para cuidar do. E é bom para a gente, é bom para todo mundo, se você perceber, as plantas ficam mais fortes e os insetos gostam dos insetos das plantas mais fracas para atacar comer tudo. Agora se mante o solo bom, forte, as plantas também crescem fortes e a gente economiza pra produzir [...] e economiza em remédio também, porque comendo bem, sem veneno, a gente acaba ficando com a saúde melhor. [...] e a agroecologia é isso aí” (Entrevista nº 23).

“Se for contar a saúde que a gente leva pra casa, então vale a pena fazer a agroecologia. Agroecologia é isso, é não por veneno, cuidar da terra. Aqui a gente fez um consórcio de morango e plantas medicinais e ficou bom. A gente teve ajuda lá do pessoal lá de vocês {da ESALQ|USP) e deu certo, menino. As frutas nasceram grandes bonitas e doce, bem doce. Forte. Dá gosto de ver as frutas para os outros, pra ver que bonito [...]” (Entrevista nº 26).

“E é um conhecimento que antes a gente [enquanto sociedade] já tinha. Avô, a povo que vivia antigamente já tinha esse conhecimento, de plantar e cuidar sem veneno, porque antes também não tinha tanta facilidade assim de achar veneno. Tinha veneno, mas usava os grandes [produtores], os que tinham roça não usavam não. Agora tá voltando tudo, prendendo de novo a cuidar, sem veneno...orgânico, né [...] (Entrevista nº 1).

Aspectos acerca da percepção do ambiente e mídia

Não há dúvidas de que a principal fonte de informação dos entrevistados, tanto no PDS Milton Santos quanto na Cooperacra, é a televisão. Entre os entrevistados, vinte e quatro tinham ao menos um aparelho em sua residência e costumava assistir diariamente.

A Rede Globo é destacada como um dos principais canais de televisão assistidos, seguida pela Rede Record e o SBT. Os principais programas de televisão assistidos são as novelas, os telejornais e os cultos religiosos, principalmente à noite e aos finais de semana.

Os entrevistados do PDS Milton Santos veem com desconfiança as informações transmitidas, permitindo considerar as interpretações de Thompson sobre a relativa independência dos receptores quanto ao conteúdo veiculado pela mídia. Para eles, as emissoras e, principalmente, a Rede Globo tomam posicionamentos que não representam os interesses da agricultura familiar, como é possível constatar nos excertos destacados abaixo:

“Eu até assisto ao Globo Rural de vez em quando, mas não dá pra confiar muito né! Aquilo ali não é bem pra gente, que cultiva menos quantidade e de outro jeito. Aquilo ali é pra grande proprietário, fazendeiro, pra esses daí o programa serve. [...] Mas pra nós não [...]” (Entrevista nº12).

O trecho destacado acima nos permite pensar sobre um aspecto importante da veiculação de imagens e valores pela mídia. Ao assistir ao programa de televisão, o entrevistado considera que sua mensagem não se destina aos receptores com seu modo de vida. Desta forma, pode-se dizer que as mensagens do programa, destinadas aos agricultores de modo geral, são reinterpretadas pelos indivíduos que se encontram no polo da recepção das mensagens. Esta reinterpretação leva a concluir que o programa veicula ideias que pouco correspondem a uma agricultura mais zelosa com o ambiente e a uma alternativa ao modelo convencional em escala humana.

Há também relatos acerca da imagem negativa veiculada pelos meios de comunicação acerca do MST e daqueles que aderem à luta pela terra, retratados como arruaceiros ou pouco afeitos ao trabalho. Este relato é mais presente entre

aqueles que se sentem incomodados pela presença da cana-de-açúcar ao redor do assentamento. Há nestes discursos um tom de amargura pelo não reconhecimento dos benefícios que a agricultura, tal como é praticada no assentamento, oferece para o ambiente.

“[...] só mostra as coisas ruins, não mostra as coisas que a gente faz de bom. Olha aí, tudo [cultivado] sem veneno, sem matar a terra, [...] porque a cana mata a terra, acaba tudo. [...] Mas isso eles não mostram [...] e quando mostra fala rapidinho, mas bem rapidinho dos problemas e faz um monte de elogio. Agora quando é a gente não, fala que rouba a terra, [...] que faz baderna, que não sabe plantar. [...] não ajuda em nada” (Entrevista nº 11).

“Teve aquela novela lá, do Rei do Gado, que falava um pouco de como era a vida do assentado, de como era a vida do boia fria [...] mas não é comum não, é quase que comum mostrar a gente como se fosse bandido, vagabundo, [...] Mas era novela, né, o pessoal inventa um pouco para poder contar a história, [...] não era bem assim que a gente vive, e já cortei cana uns tempos e não era bem assim não. [...] mas assim é melhor do que [a forma como] o as notícias mostram, [...] é bem melhor. No jornal só passa brigando, sendo tirado pela polícia, só isso. [...] num é bom não” (Entrevista nº 5).

A obra “O rei do Gado” foi uma telenovela exibida pela Rede Globo entre os anos de 1996 e 1997 e reprisada nos anos de 1999 e 2015. A novela retrata as relações entre as grandes propriedades, onde prospera a monocultura, em oposição ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mostrando ao longo do desenvolvimento da trama o cotidiano das famílias sem-terra na busca por seus objetivos durante sobretudo a fase de acampamento. A novela de autoria de Benedito Ruy Barbosa estreou dois meses após o assassinato de 19 trabalhadores rurais sem terra em Carajás, no Pará, em contexto social muito favorável à reforma agrária.

Embora a telenovela tenha dado mais enfoque à questão fundiária em detrimento aos aspectos ambientais decorrentes dos diferentes modelos de agricultura apresentados, nosso entrevistado considera ser esta uma representação mais positiva quando comparada a habitual forma como são representados os que enxergam na luta pela terra como uma alternativa para suas vidas.

De qualquer forma, as telenovelas nem sempre apresentam exemplos de posturas consideradas adequadas em relação ao ambiente. No parágrafo abaixo, outro trecho do discurso de um dos entrevistados ilustra como a difusão de imagens negativas pode propagar comportamentos e práticas desfavoráveis ao ambiente.

“Às vezes, até se vê coisa ruim. Você assiste à novela da sete? Então, outro dia o mocinho estava com um passarinho preso em gaiola. [...] tá vendo o mal exemplo? [...] Essa criançada sem cabeça copia as coisas que vê na televisão, vão querer tudo copiar o moço da novela. [...] tá errado isso, né? Passarinho tem que viver solto...voando por aí[...]” (Entrevista nº 19).

Outro olhar sobre a mídia nos discursos dos assentados está relacionado à crise ambiental mencionada acima. Durante a estiagem ocorrida em 2014, os noticiários acompanharam diariamente a redução do volume de água armazenada no sistema Cantareira, da mesma forma como, vez por outra, alertava sobre a possibilidade do racionamento de água em algumas cidades da região de Campinas.

Os assentados acompanharam estes noticiários certamente com muito interesse. Porém, consideraram que seu caso era diferente do que ocorria na cidade de São Paulo. O problema no assentamento se refere à disponibilização de água no lote, porém existem mananciais que podem suprir as necessidades cotidianas das famílias. De todo modo, a referida estiagem representou uma série de problemas sobretudo para a produção agrícola. No caso dos membros da Cooperacra, a dificuldade de acesso à água neste período se referiu àquela disponibilizada pelos serviços municipais de água e esgoto para o consumo doméstico. Assim, estas famílias adotaram uma série de medidas amplamente difundidas na mídia para poupar água.

6. CONCLUSÃO

Este estudo veicula uma discussão sobre a percepção ambiental, considerando notadamente um dispositivo de política pública de gestão fundiária. Trata-se da proposição de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) dos assentamentos, o que constitui a mais importante inovação recente em termos do programa brasileiro de reforma agrária. O PDS foi concebido inicialmente a partir da preocupação em se criar alternativas que permitam assentar famílias sem-terra em áreas de interesse ambiental na região amazônica. Num segundo momento, esta modalidade de assentamento foi proposta para todo o país. Em São Paulo, estes PDS's correspondem a uma iniciativa do INCRA de implantação de assentamentos com incentivos para a prática de uma agricultura mais zelosa com o meio ambiente, servindo também para responder à demanda do movimento social por assentamentos metropolitanos, identificados como Comuna da Terra.

Entretanto, as informações coletadas no campo permitem estimar que o PDS estudado afasta-se um pouco do esperado. Apenas instalar famílias em assentamento PDS não é suficiente para que haja uma conduta mais zelosa com o ambiente. Em primeiro lugar, nenhum assentado entrevistado sabe exatamente o que é um PDS. Quando afirmam conhecer, o confundem em boa medida com a proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Comuna da Terra. Efetivamente, o trabalho de base do MST insistiu sobre os princípios desta proposta de Comuna da Terra.

Por outro lado, é digna de nota a relação destes agricultores com a agroecologia. Surpreende o desconhecimento por parte dos assentados desta noção, considerando, sobretudo que a maioria dos grupos de apoio que atuam no assentamento fundam sua ação na agroecologia, notadamente o Núcleo de Agroecologia da ESALQ/USP. De qualquer forma, é possível observar o interesse dos assentados na produção de alimentos orgânicos, o que vem se reforçando com o processo de implantação de Organizações de Controle Social (OCS), que permitem o reconhecimento orgânico para produtos comercializados em venda direta ao consumidor ou em mercados institucionais graças a programas públicos, tais como aqueles de Aquisição de Alimentos e de Alimentação Escolar (PAA e PNAE).

Um dos elementos importantes para se compreender a relação entre preservação do ambiente e a prática de uma agricultura mais zelosa com o ambiente se refere às experiências do indivíduo em relação ao mundo natural. Desta forma, tal como afirma Tuan (1980), a experiência marcante e positiva do indivíduo em relação ao meio natural aparece, neste trabalho, como um fator importante para a adoção de práticas consideradas mais cuidadosas para o ambiente.

Ao mesmo tempo, deve-se levar em consideração que, em alguns momentos, esta experiência ambiental, mesmo quando positiva e repleta de significados favoráveis a sua preservação, é sobreposta com as dinâmicas de mercado. Neste âmbito, é comum considerar produção e preservação como antagônicos. Assim, um grupo de assentados julga mais importante produzir que cuidar da terra, revelando uma orientação fundada naquele antagonismo. Porém, as práticas agroecológicas permitem cada vez mais um cultivo cujos resultados produtivos equivalem muitas vezes ao convencional, implicando em um custo de produção em princípio menor, o que pode representar um potencial meio de aumento de renda dos agricultores assentados do PDS Milton Santos.

Efetivamente, práticas agroecológicas existentes tanto no PDS Milton Santos quanto na Cooperacra são, sem dúvida, outro fator importante para se discutir a percepção ambiental de nossos entrevistados. Embora haja dificuldade dos assentados em definir agroecologia, diferente do caso da Cooperacra, a assistência técnica oferecida tanto para o assentamento PDS quanto para a cooperativa é fundada em princípios de uma agricultura ecológica. Desta forma, mesmo os entrevistados que nunca tiveram contato anterior com formas de agricultura ecológica acabam sendo influenciado por esta perspectiva de produção agrícola.

No caso dos entrevistados do PDS Milton Santos, esta influência favorável à agroecologia começa logo no trabalho de base, sendo reforçada com oficinas propostas pelo MST nos primeiros passos de implantação do assentamento. Conforme o relato dos entrevistados, esta influência está presente nas práticas adotadas pelos assentados, mesmo que poucos executem uma agricultura com todos os preceitos de uma agricultura ecológica.

Além destas incitações iniciais em favor da agroecologia, os esforços das muitas organizações que apoiam os assentados reforçam tal orientação ecológica.

Assim, é possível observar lotes cuja área dedicada à agricultura está coberta por palha e folhas secas, assim como existe a utilização de adubos e defensivos orgânicos. Mais raro, existem experiências de implantação de sistemas agroflorestais.

Estas informações e capacitações com vistas ao desenvolvimento de práticas de cultivo orgânico e agroecológico reforçam disposições dos assentados favoráveis ao cuidado ambiental, tanto na Cooperacra quanto no PDS Milton Santos. Desta forma, sua reflexão de como produzir alimentos está impregnada de posturas interiorizadas em direção à agricultura orgânica e agroecológica. Por outro lado, o forte enraizamento da agricultura convencional no país (nas principais instituições em torno da atividade agrícola, tais como aquelas de pesquisa, ensino e extensão) representa um freio a este movimento em favor da agroecologia. Em particular, a veiculação de valores e crenças pela mídia, associando progresso e modernidade às monoculturas de cana-de-açúcar ou de soja, causa muito desconforto aos assentados, tal como manifestado por um de nossos entrevistados. Entre os depoimentos obtidos, aquele que menciona a desvalorização dos assentados pela mídia chega a impactar a autoestima dos agricultores. Assim, podemos mesmo considerar que se trata de um desserviço à preservação do ambiente.

Da mesma forma, em proporções menores, a grande mídia pode também promover reflexões positivas, tal como examinado na dissertação. A novela “O rei do gado”, com o sucesso de audiência que suscitou, favoreceu um debate acerca dos objetivos do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, contribuindo em alguma medida com a legitimação da luta pela terra no Brasil de hoje. De qualquer forma, as representações veiculadas pela mídia interferem efetivamente no cotidiano dos assentados e, em regra geral, não são favoráveis à reforma agrária.

Por outro lado, pode-se afirmar que a agroecologia é uma ideia em construção, contribuindo por sua vez na formação da percepção ambiental. Os esforços em favor da agroecologia no assentamento, apesar das dificuldades, apresentam resultados notáveis, principalmente com a propagação do interesse pela constituição de Organização de Controle Social.

Porém, existem também entrevistados que consideram as questões financeiras mais importantes que o desenvolvimento de uma agricultura ecológica.

Desta maneira, constata-se neste grupo uma menor implementação de práticas sustentáveis.

De toda forma, é possível observar que a percepção ambiental dos entrevistados está profundamente ligada às relações sociais anteriores com o ambiente (representando a incorporação de determinadas disposições para a ação) e às suas práticas atuais (considerando aqui a esfera contextual), tal como propõe Bernard Lahire (2002). Nesta ótica, as disposições incorporadas pelos agricultores da Cooperacra são mais favoráveis à agroecologia em razão de uma crítica já de longa data contra a agricultura convencional.

No caso do quadro contextual tanto do PDS Milton Santos quanto da Cooperacra, existem muitos apoios para que a agroecologia se consolide. Esta consolidação será mais estável e firme caso a agroecologia possa representar uma forma efetiva de assegurar renda para as famílias assentadas e para os agricultores da Cooperacra.

Enfim, este trabalho buscou questionar e discutir o desenvolvimento de dois espaços onde a agricultura representa uma perspectiva de inclusão social e de zelo ambiental. Tanto no PDS Milton Santos quanto na Cooperacra, a agroecologia se apresenta neste sentido como um meio importante de reconhecimento social destes agricultores.

REFERÊNCIAS

ALY JÚNIOR, O. Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's) e os Desafios na Construção de Novas Políticas de Assentamento. Retratos de Assentamentos. Araraquara/SP, v. 14, nº. 2, pp. 283-303, 2011.

BERGAMASCO, S.M.P.P.A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. Estudos Avançados. São Paulo/SP, v.11 n31 pp.37-49, 1997.

BORELLI FILHO, D. A luta pela posse da terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do assentamento Mario Lago. 154p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), Araraquara/SP, 2009.

BONI V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v.2 n. 1, p.68-80, jan. 2005

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Reforma Agrária. II Plano Nacional de Reforma Agrária – Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Brasília, 2004.

CHAUÍ, M. Convite a filosofia. São Paulo: Ática, 3ª ed., 1995.

DEL RIO, V. Percepção Ambiental: a experiência brasileira. São Carlos: Editora UFSCAR, 1996.

ELIAS, N. O processo civilizador (vol. 1), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____ O processo civilizador (vol. 2). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FREITAS, E. P. de. O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como Paradigma para a Implementação de Assentamentos de Reforma Agrária: o caso do assentamento Sepé Tiarajú em Serra Azul (SP). In: IV ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo/SP, Anais, pp. 739-773, 2008.

FAGGIN, J. M. Reforma Agrária, Sustentabilidade e Participação: o caso do Projeto de Desenvolvimento Sustentável São Luiz Cajamar - SP. 103p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009

FRACCARO, L.C.Z. Percepção ambiental e uso de recursos naturais: a população de Ipeúna, SP. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de

Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

GASPARI, L. C.; MORUZZI MARQUES, P. E. M. ; LEO, V. ; ARAUJO, E. F. . Conflitos agrários em territórios periurbanos no estado de São Paulo: contendas e justificações em torno do assentamento Milton Santos. In: 6 Seminário Nacional de Sociologia e Política, 2015, Curitiba. Anais do 6 Seminário Nacional de Sociologia Política, 2015.

GASPARI, L. C., Impactos territoriais e estratégias familiares: estudos de assentamentos periurbanos nas regiões Sul e Sudeste. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2016.

GIBSON, J.J. (1966). The Ecological approach to visual perception. 1ª ed. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates Inc.

GOLDFARB, Y. A Luta pela Terra entre o Campo e a Cidade: As Comunas da Terra do MST, sua Geração, Principais Atores e Desafios. 199 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Dialogando Conhecimentos - Resultados da Parceria INCRA/FEPAF. São Paulo: INCRA – SP, 2009.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Retratos do Campo – A reforma agrária que produz e alimenta. São Paulo: INCRA – SP, 2010.

INGOLD, T. Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação. Porto Alegre, v. 33, n. 1, p.6-25, jan.-abr. 2010.

LAHIRE, B. O Homem Plural: os determinantes da ação. Petrópolis, Vozes, 2002

LEITE, S. et all. Impactos dos assentamentos um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LOPES ET AL. Dilemas na Dimensão Ambiental nos Assentamentos, Revbea, São Paulo, V 10, No 2: 301-317, 2015.

MACEDO, R. L. G. Percepção e Conscientização Ambiental. Lavras/MG: Editora UFLA/FAEPE. 2000.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário; INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de

Projetos de Assentamento. Coordenação-Geral de Implantação. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. 2012.

MACEDO, R. L. G. (2000). Percepção e Conscientização Ambientais. Lavras/MG:UFLA/FAEPE

MARIN, A. A. Individuação, percepção, ambiente: Merleau-Ponty e Gilbert Simondon. Educação em Revista 25(03): 265-281, 2009.

MORUZZI – MARQUES, P.E. Críticas e justificações em torno de alternativas agrícolas no estado de São Paulo. Tese (Livre docência) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2013.

MORUZZI – MARQUES, P.E. Et AL. Desenvolvimento territorial em questão: estudo sobre assentamento periurbano no Estado de São Paulo. Retratos de assentamento. Araraquara V. 52, No 1, p.161-178, 2014.

OLIVEIRA, L. A percepção da qualidade ambiental. Cadernos de Geografia. Belo Horizonte: 2003.

PRADO, Caio Jr. A questão agrária no Brasil. 3ª edição. São Paulo: Editora brasiliense, 1981, p. 47- 48.

RETIERE, M.I.H. Agricultores Inseridos em Circuitos Curtos de Comercialização: Modalidade de Venda e Adaptações dos Sistemas Agrícolas. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro Energia Nuclear na Agricultura. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

RODRIGUES, M.L. A Percepção Ambiental Como Instrumento de Apoio na Gestão e na Formulação de Políticas Públicas Ambientais. Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p.96-110, 2012.

TUAN, Y. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1974. 288 pp.

THOMPSON, J.B. Ideologia e cultura moderna. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

SILVONE, B.R. Análise Socioambiental em assentamentos de reforma agrária no norte paranaense. Dissertação (Mestrado em Geografia, meio ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

ANEXO 1

Lista de entrevistas.

Referência	Local	Data da entrevista
Entrevista 1	PDS Milton Santos	Dezembro de 2015
Entrevista 2	PDS Milton Santos	Janeiro de 2015
Entrevista 3	PDS Milton Santos	Janeiro de 2015
Entrevista 4	PDS Milton Santos	Janeiro de 2015
Entrevista 5	PDS Milton Santos	Fevereiro de 2015
Entrevista 6	PDS Milton Santos	Fevereiro de 2015
Entrevista 7	PDS Milton Santos	Fevereiro de 2015
Entrevista 8	PDS Milton Santos	Fevereiro de 2015
Entrevista 9	PDS Milton Santos	Março de 2015
Entrevista 10	PDS Milton Santos	Março de 2015
Entrevista 11	PDS Milton Santos	Março de 2015
Entrevista 12	PDS Milton Santos	Março de 2015
Entrevista 13	PDS Milton Santos	Abril de 2015
Entrevista 14	PDS Milton Santos	Abril de 2015
Entrevista 15	PDS Milton Santos	Abril de 2015
Entrevista 16	PDS Milton Santos	Abril de 2015
Entrevista 17	PDS Milton Santos	Abril de 2015
Entrevista 18	PDS Milton Santos	Maio de 2015
Entrevista 19	PDS Milton Santos	Maio de 2015
Entrevista 20	PDS Milton Santos	Maio de 2015
Entrevista 21	COOPERACRA	Dezembro de 2014
Entrevista 22	COOPERACRA	Dezembro de 2014
Entrevista 23	COOPERACRA	Dezembro de 2014
Entrevista 24	COOPERACRA	Dezembro de 2014
Entrevista 25	COOPERACRA	Dezembro de 2014
Entrevista 26	COOPERACRA	Dezembro de 2014
Entrevista 27	COOPERACRA	Dezembro de 2014
Entrevista 28	COOPERACRA	Dezembro de 2014